

ATA

N.º 06/2025

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
22 de dezembro de 2025**

al fj
w

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2025:

---Aos **vinte e dois** dias do mês de **dezembro** do ano **dois mil e vinte e cinco**, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, em Esposende, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Alberto Queiroga Figueiredo, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Carlos Jorge Enes Capitão de Abreu e Tânia Sofia Lima da Mota.-----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

António Benjamim da Costa Pereira,
Otilio da Silva Hipólito,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
António José Pereira Morgado,
Elvira Maria Cubelo Morais,
Maria Gabriela Maranhão Abreu,
João Paulo Peixoto Torres,
Rita Jorge Holbeche Tinoco de Faria,
João Pedro da Costa Laranjeira,
André Lima de Carvalho,
Elsa Isabel Gonçalves Fernandes,
Olga Cristina Moura Dias,
Dinis Cunha Ferreira,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Maria Alexandra Lage Sousa,
António Mateus Ribeiro Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel Correia da Vinha,
Manuel Filipe Marques Moreira,
Filipe Manuel Fonseca Marques,
José Miguel Gonçalves de Sousa,
Maria Isabel Ferreira Palmeira, em substituição de Valdemar Mota de Faria,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Carlos Manuel Gonçalves Vilas Boas,
Jorge Humberto de Sousa e Silva,
Carlos Manuel Sampaio Brás Lima,
Carlos Manuel Calheiros de Almeida,
Fernando Gabriel Neves da Cruz,
Rui Manuel da Ponte Gonçalves, e
Óscar Fernando Monteiro Torre da Silva.

---Sendo 20 horas e 05 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Pires Martins da Silva, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Aurélio Mariz Neiva,
Octávio Dimas Fernandes Eiras,
Paula Cristina Fonseca de Abreu Cepa,
Fátima Heloísa Pereira Escrivães, e
Marina Luísa Carneiro Garcia Cardoso.-----

---Não compareceu inicialmente o Senhor Deputado Municipal António Benjamim da Costa Pereira, tendo chegado pelas 20 horas e 25 minutos.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, bem como, o público em geral.

Partilhou com todos os presentes que já se encontrava afastado daquelas andanças há alguns anos, pelo que, vinha preparado minimamente para conseguir dirigir os trabalhos o melhor possível e pedia desculpa se naquela primeira Assembleia houvesse algum lapso, o que na segunda já não aconteceria. Mais referiu, que da sua parte teriam um Presidente da Assembleia Municipal que não distinguia ninguém e que gostaria que se respeitassem sempre todos, uns aos outros, independentemente da opinião que cada um pudesse ter, ou defender. Esse era o seu desejo e esperava que tudo corresse bem, dando assim início ao Período de Antes da Ordem do Dia.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 - CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

Informou ter recebido um e-mail da Senhora Deputada do PPD/PSD Raquel Vale, a renunciar ao seu mandato, e que a vaga iria ser preenchida pela Senhora Deputada Sandra Patrícia de Sá Gomes, por ser a cidadã imediatamente a seguir do PPD/PSD.-----

Mais informou, ter recebido um pedido de substituição do Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Fão, Valdemar Faria, que seria substituído naquela sessão por Maria Isabel Ferreira Palmeira.-----

Deu ainda conhecimento do ofício remetido pelo Secretário-Geral do Partido Socialista, cujo teor partilhou com os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

Informou ainda o público presente que se poderia inscrever para intervenção no período destinado ao público.-----

01.02 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio a Sr.^a Deputada Municipal do Movimento Mudança por Todos, Sara Herdeiro, tendo apresentado um Voto de Pesar e uma Recomendação, nos seguintes termos:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia e restante mesa,
Senhor Presidente da Câmara e Vereadores
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados Municipais,
Público em geral,
Boa noite.*

Vou começar por apresentar um Voto de Pesar, subscrito também pela bancada do PPD/PSD:

1 – VOTO DE PESAR PELA MORTE DE ÁLVARO LABORINHO LÚCIO.-----

“Na madrugada de 23 de outubro, faleceu Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio, aos 83 anos. Deputado, Ministro da Justiça, Ministro da República para os Açores, Presidente da Assembleia Municipal da Nazaré, primeiro sócio da Associação Portuguesa de Apoio à Vitima e Diretor do Centro de Estudos Judiciários e da Escola de Polícia Judiciária, Laborinho Lúcio deixa-nos um testemunho ímpar de serviço ao País, com uma dedicação intransigente à Justiça, aos Direitos Humanos, à educação e à valorização da cidadania, causas que conjugou sempre com sabedoria, o que ilustra bem a grandeza de uma vida plena e multifacetada, marcada pelo serviço ao bem comum.

Participou em várias iniciativas no concelho de Esposende, perdurando o exemplo de um homem de diálogo e trato afável.

A sua memória permanecerá como exemplo de integridade, sabedoria e compromisso com o bem comum.

Em face do que antecede, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária no dia 22 de dezembro de 2025, delibera:

- 1. Manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento de Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio;*
- 2. Enviar as mais sinceras condolências à sua família e amigos.*
- 3. Dar conhecimento desta deliberação à família enlutada.”*-----

Vou agora apresentar uma Recomendação:

2 – RECOMENDAÇÃO “ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS”.-----

“Exmos. Senhores Deputados Municipais,

Considerando que:

- a) AANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais é uma associação de direito privado, que tem por objeto a valorização do papel das assembleias municipais na organização democrática dos municípios, enquanto verdadeira "casa da democracia" no âmbito local;*
- b) Ao abrigo do disposto no artigo 3.0 dos referidos estatutos, são associadas da ANAM as assembleias municipais, representadas pelos seus respetivos presidentes, que manifestem a sua vontade em aderir a esta associação.*
- c) Das 14 assembleias municipais que integram o distrito de Braga apenas quatro, onde se inclui Esposende, não são associadas da ANAM.*
- d) Face à importância da ANAM na valorização do papel das assembleias municipais, enquanto órgãos representativos dos Municípios, dotadas de poderes deliberativos, que visam a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, com competências de fiscalização sobre os executivos municipais, nos termos legais, é pertinente que a Assembleia Municipal de Esposende seja associada da ANAM.*
- e) De acordo com o disposto no artigo 33.0, n.0 1, alínea oo) da Lei n.0 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal a designação do representante do município na ANAM.*

Em face do que antecede, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária no dia 22 de dezembro de 2025, delibera recomendar à Câmara Municipal a aprovação da adesão da Assembleia Municipal de Esposende à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais.-----

Intervio depois o Sr. Deputado Municipal do Movimento Mudança por Todos, Francisco Melo, tendo feito a seguinte intervenção política:

“Exmos

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Estimado Público aqui presente.*

Nesta nossa primeira intervenção após a instalação da Assembleia Municipal de Esposende, no passado dia 31 de outubro, começamos por saudar todos os autarcas eleitos para o mandato 2025-2029, cumprimentando, de modo especial, aqueles que se estreiam nas funções de autarca nos diversos órgãos autárquicos.

No que à Assembleia Municipal diz respeito, do universo de 21 deputados municipais ora eleitos, apenas 5 transitam do mandato anterior, o que é revelador do dinamismo, mobilização cívica e capacidade de renovação política, em Esposende.

Somos 21 deputados municipais, representantes de diversas tendências e com perspetivas distintas, mas todos integralmente comprometidos com o que nos une aqui hoje e durante os próximos quatro anos: Esposende e a missão de contribuir para um futuro melhor do concelho e das suas gentes.

“Hoje e sempre, a única obrigação moral que poderá ser exigida ao Homem é que procure

deixar o Mundo melhor do que o encontrou” assim encerrava Francisco Pinto Balsemão, desta forma inspiradora, as suas memórias, servindo de alento para a nossa missão. E, a propósito de Francisco Pinto Balsemão, expressamos, ao grupo municipal do PSD, os nossos respeitosos sentimentos pelo falecimento do seu fundador, militante n.º 1 e antigo líder, uma distinta personalidade que marcou o país nas últimas décadas, nas áreas do jornalismo e da política.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Falávamos em marcar o país e, inevitavelmente, o dia 12 de outubro de 2025 entrará, por direito próprio, na história da nossa quase centenária democracia local como uma das suas datas mais marcantes.

Com efeito, pela primeira vez na história autárquica de Esposende, um movimento independente tornou-se a maior força política do concelho.

Um movimento cívico, composto por homens e mulheres independentes, apoiado por um partido, o CDS, e formado também por antigos militantes de partidos, incluindo do PSD, os quais seguiram a máxima de Francisco Sá Carneiro, entretanto convertida em heresia pelo PSD Esposende, segundo a qual acima do partido e da circunstância pessoal de cada um está o país, neste caso, o concelho.

“A vida dá lições que só se dão uma vez”, disse um dia Winston Churchill, e no dia 12 de outubro de 2025, o povo de Esposende deu uma valiosa lição, a de que não existe nenhum direito natural ao poder na Câmara de Esposende, por muitas décadas consecutivas que o mesmo possa ter sido exercido pela mesma força política.

*Como canta Zeca Afonso, “o povo é quem mais ordena” e, no caso de Esposende, o povo ordenou que era tempo de...**Mudança.***

O feito alcançado pelo movimento “Mudança por Todos”, de ter posto termo a um período de 36 anos consecutivos de domínio do PSD, colocou, no dia seguinte, Esposende em destaque na imprensa nacional, lado a lado com Bragança, Guimarães, Viseu ou Torres Vedras, que também viram as respetivas lideranças serem destronadas ao fim de várias décadas.

Para se ter ideia do impacto de tal feito, basta pensar que, aqui entre nós, há deputados municipais que, em toda a sua vida, apenas conheceram uma força política a governar o concelho de Esposende, o PSD.

Foi, de facto, uma extraordinária vitória, muito desejada e ainda mais celebrada pelo povo de Esposende nessa noite eleitoral.

Muito desejada porque o povo de Esposende já não se identificava com uma governação política que há muito havia deixado de colocar as pessoas em primeiro lugar (desde pedidos de reunião que não eram atendidos ou só tinham lugar muitos meses depois, passando pelos jovens, que continuaram mais um mandato sem fazer ouvir a sua voz, pois o PSD, mais uma vez, nada fez para constituir o Conselho Municipal da Juventude, apesar de obrigatório por lei).

O povo de Esposende não se revia numa governação cada vez mais competente na propaganda (é o futuro complexo desportivo, a ponte pedonal e ciclável, na zona da Barca do Lago ou o Museu D. Sebastião) mas cada vez menos competente na gestão financeira (os mais recentes dados da Direção-Geral das Autarquias Locais, posicionam o Município de Esposende no desprestigiante top-7 dos municípios que pagam a mais de 100 dias aos fornecedores, o que é impróprio de rumo certo) e também menos competente na resposta às preocupações dos

esposendenses, em que se inaugurou zero habitações, passando pela segurança, em que se registou o aumento do sentimento de segurança.

Foi, como dizíamos, uma vitória bastante celebrada, ou, como canta Chico Buarque “Foi bonita a festa pá”, aquela festa que se fez sentir na marginal de Esposende, para onde acorreram centenas de pessoas.

Uma festa que, quase três semanas depois, teria um segundo ato, com a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos

Uma tomada de posse descrita, pela imprensa local, como o ato mais concorrido de sempre, e isto tendo presente que muitos populares ficaram de fora por lotação do espaço, o que reforça a clara necessidade de dotar Esposende de um equipamento multiusos. E isto, note-se, tendo ocorrido em pleno dia de semana e em plena hora de trabalho, no que constituiu um corte abrupto, por parte do Executivo cessante do PSD, com a boa prática das duas últimas tomadas de posse, ambas realizadas ao sábado, dia de descanso, mais propício à adesão popular.

É caso para dizer que soubesse o PSD que a tomada de posse do novo poder executivo, às 10h00 de uma sexta-feira, iria, ainda assim, constituir o ato mais concorrido de sempre, e talvez fizesse como Belmiro de Azevedo, que nos anos 90 do século passado, tendo de depor perante uma comissão parlamentar de inquérito, forçou os deputados a iniciarem os trabalhos...às 8 da manhã.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

Saint-Exupéry dizia que: “os nossos rituais estão para o Tempo como a nossa casa está para o Espaço”.

A transição de poderes, ordenada e cooperante, é sinónimo de uma democracia madura e consolidada.

Ainda há poucos dias, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, anunciava que iria convidar o próximo ou próxima Presidente da República para ir almoçar ao Palácio de Belém logo no dia seguinte à eleição, “para lhe passar a pasta da transição”.

Se formos mais atrás, em 2021, na sua tomada de posse como Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas elogiava Fernando Medina pelo espírito construtivo assumido pelo executivo cessante na passagem de pasta.

Infelizmente, no caso de Esposende, não se pode dizer o mesmo sobre o Executivo cessante do PSD.

A falta de passagem de pasta e o seu silêncio nas quase três semanas que intermediaram as eleições da tomada de posse querem dizer muito sobre a natureza democrática de quem nos governou.

Este péssimo mau perder por parte do PSD até acaba, na verdade, por ser útil, pois relembramos que o cargo está acima da pessoa.

Do Presidente da Câmara à telefonista da câmara, os cargos existem para servir os esposendenses e o seu bem-estar, e não para servir o ego, ambição ou interesses de quem o ocupa em determinado momento.

Não deixa por isso, a esse propósito, de ser revelador da desconexão entre a missão de servir os esposendenses, seja no poder, seja na oposição, e a realidade, a ausência do Presidente da Câmara cessante da sessão de cumprimentos do novo Executivo camarário, aquando da tomada de posse, ou ainda a sua ausência na primeira reunião de Câmara neste mandato, facto simbolizado pela imagem da cadeira vazia.

av f3 w

Que comportamento pouco responsável do líder da oposição quando comparado com a conduta tida, por exemplo, pelos vereadores do PSD Otávio Dimas e Marina Cardoso, que, de modo digno e respeitoso, participaram na sessão de cumprimentos ao lado dos vereadores da força política vencedora.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O PSD saiu de cena e começou um novo capítulo na governação autárquica em Esposende.

Um capítulo que se inicia, oportunamente, com o início de um novo quartel deste século, abrindo perspectivas a que se planeie o concelho para os próximos 25 anos.

Um capítulo que se inicia também sob o signo da inclusão, da escuta ativa e da responsabilidade.

Sob o signo da inclusão, porque na governação da Câmara, pela primeira vez, temos um Executivo totalmente paritário, havendo tantos homens como mulheres com pelouro. Basta lembrar que o último Executivo do PSD iniciou o mandato com cinco vereadores com pelouro, só havendo uma mulher com pelouro.

Idêntica paridade verifica-se, também, ao nível das Empresas Municipais, ao arrepio do paradigma do PSD nos últimos mandatos, em que a Presidência dos conselhos de administração das empresas municipais estava reservada apenas para homens.

Numa nota separada, ainda a propósito da participação política das mulheres, valerá a pena notar que na composição da atual Assembleia Municipal, dos 11 membros eleitos diretamente pelo movimento Mudança por Todos, mais de metade é formado por mulheres. Se não é facto inédito na história da Assembleia Municipal de Esposende, andar lá perto. Por comparação, no caso do PSD, do universo de 8 membros eleitos diretamente, as mulheres representam apenas...25%.

Sob o signo da escuta ativa, porque a nova governação da Câmara, ao arrepio da prática anterior do PSD, promoveu reuniões individuais com todas as forças políticas com representação nos órgãos autárquicos no âmbito da preparação dos Documentos Previsionais para 2026, assim cumprindo efetivamente com o Estatuto do Direito da Oposição.

Sob o signo da responsabilidade, porque a nova governação da Câmara conseguiu travar em tempo alguns projetos que se anunciavam bastante lesivos para o erário público.

Senhor Presidente da Câmara,

Gostariamos que esclarecesse esta Assembleia acerca do processo da residência universitária prevista para Fão e das razões que levaram o Executivo a não prosseguir com o mesmo.

Gostariamos também que esclarecesse esta Assembleia acerca da situação encontrada relativamente ao Parque da Cidade.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O ano aproxima-se do seu fim e os nossos olhares estão já postos em 2026. Fazemo-lo com sentido de responsabilidade, mas sobretudo com esperança.

Esperança num novo ciclo, esperança na capacidade de fazer melhor, esperança na força de uma comunidade que sabe reinventar-se.

Como nos lembrava o saudoso Papa Francisco, “a esperança não engana” — e é com essa

certeza que encaramos o futuro.

É com essa esperança que entramos no Ano Novo, prontos para continuar a construir o futuro de Esposende.

Muito obrigado e um Santo Natal para todos e respetivas famílias.”-----

De seguida interveio o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo apresentado dois Votos de Pesar e uma Moção, nos seguintes termos:

“Muito obrigado, Senhor Presidente,

Boa noite a todos, antes de mais queria desejar a todos os Deputados e Presidentes de Junta, um ótimo mandato, felicitar a todos pela eleição e esperar que durante estes 4 anos que agora começam de trabalho desta Assembleia, tudo possa correr com a urbanidade e com o respeito por tudo aquilo que são as regras do Regimento.

Eu vou apresentar aqui 2 Votos de Pesar e 1 Moção, começo pelos Votos de Pesar:

3 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO MANUEL AMORIM DOS SANTOS.-----

“Com 67 anos de idade, faleceu em São Bartolomeu do Mar, no passado dia 19 de dezembro de 2025, António Manuel Amorim dos Santos.

Com um longo percurso dedicado à causa pública, tendo desempenhado as funções de Presidente da Junta de S. Bartolomeu do Mar, entre 2009 e 2013 e como membro da Junta da União de freguesias de Belinho e Mar no mandato de 2013 a 2017, a sua ação política deixa o seu nome gravado na História da freguesia de Mar, mas também na história da democracia do nosso concelho.

O Concelho de Esposende perdeu um Homem bom, que sempre pôs à frente os interesses da sua terra, o que fez dele um dos Presidentes de Junta mais carismáticos e respeitados do nosso concelho.

Manuel Cadete, como era carinhosamente conhecido, era um homem de convicções, que ninguém conseguiu demover de lutar por aquilo em que sempre acreditou.

A nível partidário, António Manuel Amorim dos Santos, fez parte de vários órgãos concelhios do PSD, e foi sempre um Social Democrata convicto e leal.

Ao longo da sua vida, partilhou sempre os valores humanistas que caracterizam o PSD. Valores esses que fizeram dele um homem respeitado por todos.

Neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal, associam-se à família e amigos de António Manuel Amorim dos Santos, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento. Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----

4 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FRANCISCO PINTO BALSEMÃO.---

“Foi com profunda consternação que no passado dia 21 de outubro, recebemos a notícia do falecimento do Militante número um do PSD, Francisco Pinto Balsemão.

Figura maior da política e da comunicação em Portugal, Francisco Pinto Balsemão foi

fundador do Partido Social Democrata, e foi um dos pilares na construção da sua identidade política.

Representou o melhor da social-democracia portuguesa: a defesa intransigente da liberdade, da moderação e do diálogo como caminho para o progresso.

Como Primeiro-Ministro, serviu o país com serenidade e rigor. Como comunicador e empresário, revolucionou o jornalismo português, afirmando uma imprensa livre, plural e comprometida com a verdade, valores que são também a base da democracia que ajudou a consolidar.

Francisco Pinto Balsemão foi um homem de visão, de palavra ponderada e de convicções firmes. Um exemplo de integridade, discrição e compromisso com o bem comum.

Hoje, o PSD Esposende presta-lhe homenagem, reconhecendo o enorme contributo que deixou ao partido, à comunicação social e à história de Portugal.

A sua vida e o seu legado continuarão a inspirar todos aqueles que acreditam que a política deve ser feita com lealdade, com ideias, com ética e com propósito.

*Assim, os membros do PSD desta Assembleia Municipal associam-se à família e aos amigos de **Francisco Pinto Balsemão**, endereçando-lhes as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.*

Mais propomos que esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.”-----

5 - MOÇÃO “PELA CONSTRUÇÃO E PELO RECONHECIMENTO DA RELEVÂNCIA E DO MÉRITO DOS PROJETOS DA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES E DO NOVO CENTRO DE SAÚDE DE ESPOSENDE E DO SEU IMPACTO POSITIVO NO DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA DO CONCELHO DE ESPOSENDE”.--

“Os programas de apoio que a União Europeia coloca à disposição dos seus membros têm um objetivo bem definido: contribuir de forma decisiva na melhoria das condições de vida das populações, não só no desenvolvimento sustentado dos territórios, como também através do impacto que podem ter na dinamização das diversas economias dos países abrangidos.

Considerando o principal designio dos programas de apoio, sejam europeus ou Nacionais, contribuir de forma decisiva na melhoria das condições de vida das populações, não só no desenvolvimento sustentado dos territórios, como também através do impacto que podem ter na dinamização das diversas economias dos países abrangidos, cumpre aos Municípios fazer a sua parte, levando a cabo os projetos e executando as medidas tendentes ao cumprimento desses designios.

Os executivos liderados pelo PSD em Esposende sempre fizeram o seu trabalho. Ao longo do último mandato, desenvolveram e deram a conhecer 14 projetos tidos como fundamentais para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da nossa população.

Com um rumo bem definido, estruturado em função das reais necessidades do território e da população, sob a liderança do PSD na Câmara municipal, o concelho de Esposende foi o município de média dimensão do Norte que registou, nos Censos 2021, o maior aumento da população, relativamente aos números de 2011. No distrito de Braga, Esposende apenas foi ultrapassado pela capital de distrito.

Segundo os dados revelados, Esposende tem agora mais de 37 mil habitantes, quando, em 2011, tinha cerca de 34mil. Estes valores atestam os indicadores recolhidos pela Câmara Municipal de Esposende, na monitorização das medidas adotadas para a fixação de

habitantes, nomeadamente o apoio ao desenvolvimento económico e a fixação de empresas, o ensino e a cultura, o desporto e o ambiente. O que comprava a assertividade dos projetos políticos do PSD ao longo dos anos.

É com base em dados como os que agora apresentamos que se planeou e definiu as linhas de ação do futuro, com a elaboração de projetos, que acabaram por ser contemplados por financiamento garantido em sede de PRR, por serem de reconhecido mérito e dimensão.

O que está em causa no concelho de Esposende é a concretização de projetos de grande valia, deixados pelo PSD e que contribuirão para a consolidação da implementação de um planeamento estratégico bem alicerçado na dinamização da economia nas suas mais variadas vertentes, nas pessoas e na fixação de mais pessoas no nosso território.

- *A Residência de Estudantes, é um desses projetos. Representa um investimento importante nos jovens do concelho, tendo em consideração que o ensino superior público ganha cada vez mais expressão no nosso concelho com a presença do IPCA e a certeza da instalação de um polo universitário da Universidade do Minho, nas instalações da antiga Estação Rádio Naval de Apúlia;*
- *O Novo Centro de Saúde de Esposende, é outro dos projetos estruturantes e fundamentais nesse contexto. Representa um investimento fundamental no apoio direto às famílias ao garantir melhores condições na prestação de cuidados de saúde à população mais desprotegida, permitindo, assim, mais segurança no setor da saúde e maior atratividade na fixação de mais pessoas no nosso território.*

Tratando-se de dois investimentos fundamentais no caminho a percorrer rumo à consolidação do desenvolvimento sustentado do território, acrescentando mais setor social, mais economia, mais educação e mais e melhor qualidade de vida, pugnamos pela construção destes dois projetos apoiados pelo PRR.

Pelo que propomos à Assembleia Municipal a aprovação da presente Moção, no sentido de o Executivo municipal não deixar cair estes dois projetos e proceda à sua construção.-----

Intervieo depois a Sr.^a Deputada Municipal Rita Faria, do PS, fazendo a intervenção política que se transcreve:

“Muito boa noite, considerando que tenho um pouco menos de tempo do que as pessoas que me antecederam, irei muito rapidamente cumprimentar os presentes.

Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia,

Caríssimos membros da Mesa da Assembleia,

Senhoras e Senhores Membros do executivo Camarário,

Caríssimo Público.

Considerando que estamos em início de mandato, também queria desejar desde já que os trabalhos desta Assembleia decorram sempre de forma cordata, construtiva, mas que não deixem de ser escrupulosamente críticos para que a fiscalização da atividade do executivo camarário e a transparência sejam integralmente cumpridas e aproveito também desde já para desejar Bom Natal e Feliz Ano Novo a todos e a todas.

Queria deixar algumas recomendações à mesa da Assembleia Municipal, o grupo político do PS não recebeu até o momento a informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade da Câmara, e a situação Financeira do município, que, cumprindo a lei, terá que ser

enviada até 5 dias antes da sessão.

Portanto, venho requerer que essa informação seja divulgada por quem não a recebeu, não sei se fui só eu, talvez tenha sido.

Não sei se aconteceu a mesma coisa com os documentos que sustentam as matérias do ponto 03.23 da ordem trabalhos, são os relatórios dos auditores externos, não foram impressos, então. Talvez devessem imprimir esses documentos também, não vejo razão para existirem dois procedimentos diferentes.

Também gostaria de fazer uma outra recomendação à Mesa, já que falta um ponto na ordem de trabalhos para designar os representantes para o Conselho Municipal de Segurança, são 10 cidadãos de reconhecida idoneidade.”-----

A senhora deputada foi informada da alteração recente à legislação sobre essa matéria, pelo que, deixou de ser necessário tal eleição para o Conselho Municipal de Segurança.-----
Retomou a palavra, nos seguintes termos:

*“Isso é novidade para mim, muito obrigada, vive-se e aprende-se.
Então passo já diretamente para a parte da minha intervenção política.*

O facto de se estar em início do mandato e aquilo em que o atual executivo considera ser o início de um novo ciclo político, é visível também na aprovação recente e por unanimidade, na reunião do executivo de 27 de novembro de 2025, da “realização de uma auditoria forense e financeira, a ser levada a efeito por entidade externa, independente e certificada”, estou a citar, que tem vários objetos de análise, incluindo por exemplo, todas as alterações patrimoniais decorrentes de aquisição, permuta e alienação, de bens imóveis municipais, procedimentos concursais, procedimentos de contratação pública, etc. Portanto, tudo isto pode ser consultado na ata dessa reunião da Câmara Municipal, são para averiguar a saúde financeira da Câmara Municipal.

Deixamos algumas perguntas para o Presidente da Câmara, que instruções vão ser dadas para o modo como uma auditoria deve avaliar, aquilo que está descrito na mesma ata, que é a razoabilidade, mérito e racionalidade das decisões, primeira pergunta.

Se a auditoria incluirá ou não todo o universo das empresas municipais, segundo a pergunta.

Terceira pergunta, já que na ata não encontrei o período temporal a que deve respeitar a auditoria, ou seja, qual é o período de tempo que vai ser usado para auditar, será apenas o último ano do mandato do PSD, inclui também o período em que o atual Presidente da Câmara era Presidente da Assembleia Municipal e deu carta branca para as atividades do executivo. Em bom rigor o ciclo político anterior começou há 12 anos, já em 2020, o Tribunal de Contas concluía pela violação de normas relativas à contratação pública, nos triénios de 2012 a 2014 e de 2016 a 2018. Peço, portanto, gentilmente esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara acerca do período temporal a que pretende que a auditoria se refira e a respetiva justificação e, o PS também tem defendido a necessidade de se fazer esta auditoria, mas não nos deixa de causar estranheza que o atual executivo e a maioria da composição desta Assembleia Municipal, tenham estado intimamente ligados à gestão camarária anterior e sintam agora a necessidade de averiguação das decisões passadas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, há altura, assim como outros deputados municipais aqui presentes, estavam no lugar privilegiado para exercer a fiscalização necessária, às contas, ao programa, às atividades do município. Pergunto o que mudou

entretanto, ou a suspeita de más práticas já vinha de trás e nada disseram, ou a atividade da Câmara só se tornou um incómodo, quando por razões político-partidária internas, se deu a cisão que originou um movimento independente que sustenta a maioria nesta Assembleia e na Câmara. Esta passada implicação com o executivo anterior não permite que se dê total confiança ao executivo atual para acompanhar sozinho a auditoria. Por isso, em nome da transparência que é defendida, por quem agora está no poder, o Partido Socialista vem propor a seguinte Recomendação:

6 - RECOMENDAÇÃO “PARA CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO COMPOSTO POR UM REPRESENTANTE DE CADA UM DOS GRUPOS POLÍTICOS (QUE NÃO TENHA TIDO FUNÇÕES NA CÂMARA OU ASSEMBLEIA DURANTE O PERÍODO SOB AVERIGUAÇÃO), PARA ACOMPANHAR TODO O PROCESSO DE AUDITORIA”.-----

“Esta passada implicação com o executivo anterior não permite que se dê total confiança ao executivo atual para acompanhar sozinho a auditoria. Por isso, em nome da transparência que é defendida por quem agora está no poder, o PS vem propor, ao abrigo do art.º 12º, al. 1) do Regimento desta assembleia, a constituição de um grupo de trabalho composto por 1 representante de cada um dos grupos políticos (que não tenham tido funções na Câmara ou assembleia durante o período sob averiguação), para acompanhar todo o processo de auditoria, aceder aos documentos produzidos e contribuir para os trabalhos se necessário. Só deste modo será possível garantir que o resultado da auditoria - qualquer que ele seja - venha a ser devidamente publicitado e entendido integralmente pelos/as esposendenses.”-----

De seguida interveio o Sr. Deputado Municipal, André Carvalho, do CHEGA, tendo feito a seguinte intervenção política:

*“Senhor Presidente da Assembleia e Restante Mesa,
Senhor Presidente da Câmara e Restante Vereação,
Senhores Deputados,
Público presente,
Comunicação Social.*

Esta é a minha primeira intervenção nesta Assembleia Municipal e quero começar por sublinhar que assumo este mandato com sentido de responsabilidade, respeito pela instituição e plena consciência do dever e da responsabilidade que me foi confiada.

O partido CHEGA voltou a ter representação nesta Assembleia Municipal. Quero deixar claro, desde já, que essa representação não é simbólica nem decorativa — é para cumprir. Cumprir com o compromisso assumido perante a população, fiscalizar, questionar e contribuir para que as decisões tomadas sirvam efetivamente os interesses dos munícipes do concelho de Esposende.

Quero aproveitar esta primeira intervenção para agradecer, de forma muito sincera, a todos os cidadãos que confiaram em nós. Essa confiança não será desperdiçada.

Estarei aqui para dar voz a quem muitas vezes sente que não é ouvido, para levantar problemas reais e para exigir respostas claras, sempre com respeito institucional e espírito

construtivo.

O meu objetivo nesta Assembleia não é criar ruído, mas sim contribuir para soluções. Estarei disponível para colaborar sempre que for em benefício do concelho, mas também serei firme quando estiverem em causa a transparência, a responsabilidade e o interesse público.

Termino reafirmando o meu compromisso com os munícipes de Esposende: estarei atento, presente e atuante ao longo de todo este mandato.

Muito obrigado!"-----

Por último, interveio o Sr. Deputado Municipal, António Benjamim Pereira, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

"Muito boa noite a todos,

Um cumprimento muito especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

ao Senhor Presidente da Câmara,

aos Senhores Vereadores,

aos Senhores Deputados Municipais,

aos Senhores Presidentes de Junta aqui presentes,

e ao público que está a assistir.

Uma nota prévia na sequência das eleições e do resultado eleitoral, tendo eu sido candidato, muitos me disseram que deveria renunciar ao mandato, e que, porventura, não deveria continuar face àquilo que também são as minhas atuais funções.

No entanto, eu não poderia agir de outra forma que não fosse cumprir o meu mandato, perante os cidadãos de Esposende, que acho que merecem, e é essa confiança que eu tenho que transmitir, que eu, no fundo, acabo por desempenhar aqui as minhas funções de forma cabal, defendendo os interesses dos mesmos e mostrando, no fundo, aquilo que é a vontade de servir e saber servir estando no poder, e saber servir estando na oposição, desempenhando aquilo que é o papel legítimo da oposição.

Gostaria de deixar um reconhecimento muito especial a todos aqueles que no mandato de 2021-2025 se entregaram ao cumprimento do seu dever, em especial ao Engenheiro Guilherme Emílio, que assumiu a Presidência da Câmara em circunstâncias muito difíceis, face àquilo que foi o abandono e a falta de apoio de alguns membros do executivo e de alguns Presidentes de Junta, o que mais tarde se veio a confirmar pela sua adesão a um projeto político diferente daquele que integravam, e diria, um verdadeiro golpe palaciano, uma deslealdade política, que fica com quem o praticou e que o tempo se encarregará de trazer justiça. Para aqueles que se mantiveram leais ao partido que os elegeu e aos juramentos de tomada de posse, fica a minha gratidão e o meu respeito.

Não posso também nesta primeira Assembleia Municipal, deixar de relembrar a campanha de mentira e de difamação contínua que foi feita, num total desrespeito por mim e pelo Engenheiro Guilherme Emílio.

Da parte do Engenheiro Guilherme Emílio que não está aqui, um indecente aproveitamento de uma infelicidade, de um acidente ao qual ele é completamente alheio e que foi claramente induzido e plantado na imprensa nacional, passando vezes a fio nos órgãos de comunicação nacional. Não houve respeito por ele, nem pela família e tal como em breve verão, nem ele tem absolutamente nada a ver com isso, nem as circunstâncias foram aquelas que foram denunciadas e propaladas.

Da minha parte, também valeu tudo, pelos vistos a Câmara, é um ato de corrupção e de desgoverno.

Pergunto, fui Secretário de Junta de Freguesia, Presidente de Junta, Vice-Presidente da Câmara, Presidente da Câmara, são 20 anos de política autárquica ativa, dezenas de queixas para todas as instituições, como aconteceu infelizmente com todos os meus antecessores e como é vulgar acontecer um pouco na política autárquica, deixe-me perguntar, em quantos processos eu fui condenado, quantas vezes é que eu fui a um tribunal responder na qualidade de arguido?

Eu dou a resposta, nenhuma!

Acho que não merecia por parte daqueles que se candidataram com um projeto muito diferente, e esse temos de o respeitar e respeitámos sempre, um tratamento tão infeliz e tão mentiroso, tão covarde, por ter sido feito nas minhas costas, dito porta a porta, dito em reuniões formais de apresentação desse mesmo projeto político.

É triste, ter pessoas do meu partido, pessoas que sempre estimei, que sempre defendi politicamente, outras a quem tanto ajudei na vida, a divulgarem mentiras atrás de mentiras para ganharem uns míseros votos. Deviam encher-se de vergonha.

Desafio hoje, aqui e agora, os que andaram a levantar falsos testemunhos, que o digam na minha presença, que não o façam de forma covarde nas minhas costas.

A política pode e deve ser elevada, não precisa desse discurso populista e até extremista.

Mostraram à sociedade que a velha premissa, os fins justificam todos os meios, que se ajusta perfeitamente ao que fizeram.

Mas isto, meus caros amigos é passado, resta-me dar os parabéns a todos, conseguiram ganhar a confiança do povo, ganharam as eleições de forma clara, e desejo sinceramente, que tenham um excelente mandato. Têm hoje a honrosa missão de defender e trabalhar para o povo de Esposende. Herdaram uma Câmara bem gerida, com as contas em dia, apesar de alguns espalharem o contrário, mas contra factos não há argumentos, por isso, não dispensamos a auditoria às contas. É do nosso interesse, que a mesmo venha a acontecer. Foram 12 anos de orçamentos em crescendo de dezoito milhões, até cerca de sessenta e cinco milhões de euros, 12 anos de superávits atrás de superávits, diminuição do endividamento e aumento da capacidade de endividamento, hoje superior a trinta milhões de euros.

Deixamos mais de trinta milhões de euros renovados em PRR, cerca de dezassete milhões do Portugal 2030.

Deixávamos uma carga fiscal, das mais baixas do país e IMI mínimo, mais IMI familiar, sem derrama para as empresas, sem taxa turística, sem cobrança de ocupação dos espaços públicos para Esplanadas, sem cobrança de publicidade, deixámos o município de Esposende, como o segundo que mais cresceu na zona norte, temos quase mais de 37.000 habitantes, deixámos o município de Esposende como o mais jovem do norte, o município com taxa de desemprego de 3,1%, o município com mais de 5.000 empresas, isenções e apoios à fixação de empresas, a criação da Start de Esposende, uma ideia, uma concretização e um investimento municipais que indignava muitos, mas que é hoje uma referência regional.

A marca do nosso trabalho é impossível de igualar e de ignorar, peço desculpa e de apagar, porque está por todo o lado.

Apoios à cultura sem paralelo no passado, apoios às instituições sociais em viaturas, instalações e financiamento. Apoios ao desporto que registou um crescimento e uma intervenção sem paralelo. Apoios às juntas de freguesia, sim às juntas de freguesia, viaturas, tratores, autocarros, carrinhas, instalações, obras nos equipamentos e nas vias, cemitérios,

aquisição de terrenos e sim, revertemos o processo de agregação de freguesias contra tudo e contra todos.

E sim, tínhamos um projeto de investimento de progresso e desenvolvimento para o município e para as suas gentes. Espero que consigam mais e melhor, confesso que os primeiros sinais são preocupantes, deixar cair projetos, como a residência de estudantes ou o novo Centro de Saúde de Esposende e, as dúvidas que subsistem em relação à Casa Manuel Boaventura, seria politicamente criminoso.

São oportunidades únicas, irrepetíveis, que custaram muito a conquistar. É arruinar definitivamente a implementação do Ensino Superior Público em Esposende, é prejudicar os esposendenses nos cuidados de saúde, é perder identidade cultural de referência nacional do concelho e violar o acordo com os descendentes de Manuel Boaventura.

Senhor Presidente, o senhor votou favoravelmente todos estes projetos, elogiou-os e defendeu-os.

Deixo um apelo pessoal, não se deixe levar pelos maus conselheiros, por pessoas que têm uma agenda de vingança, de política de terra queimada.

Não destrua, acrescente, decida, dê o seu cunho pessoal, mas não desperdice oportunidades para dar uma vida melhor aos esposendenses.

O Senhor é que é o Presidente da Câmara, não é mais ninguém.

É a si que pedirão responsabilidades e contas no futuro, os que o empurram para o abismo não vão estar lá quando precisar deles, confie em mim que sei bem do que falo.

Deixo apenas uma pergunta para terminar, porque insistem em dizer publicamente, que perdemos vinte e três milhões de euros de fundos comunitários, em que é que se baseiam, qual é a área em questão, mais em concreto, para simplificar a resposta, se a mesma se refere ao processo da habitação. Em jeito de resposta, desde já lhe digo, é que se for, importa dizer que é uma das maiores mentiras ditas aos esposendenses. Pois o acordo de financiamento assinado precisamente por mim, enquanto Presidente de Câmara, mal sabia eu que ia ser Presidente do IRHU, algum dia, está em vigor.

É um acordo de dezoito milhões de euros e cinco milhões de capitais próprios, daí é que faz os vinte e três milhões e é para ser utilizado conforme os Avisos e oportunidades de candidatura que forem lançados pelo Governo. Ou seja, não se perdeu nem um cêntimo desse valor.

Só preciso saber se é mesmo de habitação que estão a falar, porque se assim for, esta foi uma das maiores mentiras da campanha eleitoral que terminou.

Muito obrigado.”-----

Pelas 20 horas e 55 minutos, foi pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, uma vez que, não havia pedidos de esclarecimento relativamente à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Boa noite a todos!
Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Caros munícipes.*

Permitam-me antes de mais dirigir uma palavra de saudação a todos os eleitos que compõem esta Assembleia Municipal.

Saúdo igualmente os membros do executivo, trabalhadores do município e todos os cidadãos aqui presentes.

Quero sublinhar de forma muito clara a satisfação com que vejo muitos cidadãos aqui presentes.

A participação cívica, informada e ativa, é um pilar essencial da democracia local e deve ser sempre valorizada, estimulada e respeitada.

Estamos hoje aqui com diferentes percursos, sensibilidades e visões políticas. Isso é natural e saudável, mas há algo que deve estar acima de qualquer divergência, que todos partilhamos um objetivo comum, servir o município de Esposende e trabalhar para o bem-estar das suas populações. É esse o desígnio maior, que devemos lealdade.

As últimas eleições autárquicas representaram um momento particularmente significativo para Esposende, os cidadãos fizeram uma escolha clara, de forma livre, democrática e inequívoca, sufragaram os compromissos apresentados pelo Movimento Mudança e expressaram a vontade de iniciar um novo ciclo político no nosso concelho.

Essa decisão merece respeito por quem venceu, mas também por quem não venceu.

A democracia vive assim dessa aceitação serena da vontade dos eleitores.

Estamos aqui para construir futuro, com verdade, com rigor, com diálogo e com trabalho.

Este executivo será exigente consigo próprio e transparente nas decisões e aberto ao escrutínio democrático.

Governaremos com base nos compromissos propostos, assumidos e sufragados pelos eleitores. Com proximidade às pessoas, proteção às freguesias e foco nos problemas concretos do concelho.

Esperamos naturalmente uma oposição firme, responsável, construtiva, porque é disso que a democracia também se faz.

Aos munícipes deixo uma mensagem clara, a palavra dada é para ser cumprida, o voto confiado será aprovado por um trabalho sério, missão diária e o respeito pelo interesse público.

Que esta Assembleia Municipal marque o início de uma nova etapa, feita de debate intenso, sim, mas sempre com elevação, responsabilidade e sentido institucional, Esposende está acima de todos nós!

Respondendo agora às perguntas dos Senhores Deputados, em relação à pergunta sobre a residência universitária, de Francisco Melo, também aproveito para responder ao deputado António Morgado e ao mesmo tempo também, ao deputado Benjamim Pereira.

A residência universitária, foi um dos nossos compromissos, do Movimento Mudança, que não

era uma prioridade essencial, aliás, deixem-me dizer que é mais importante requalificar as nossas escolas, do que propriamente a residência universitária. Sendo eu professor universitário, sou a favor do ensino universitário e não há dúvidas nenhuma. A questão, é que a residência universitária, é uma obra que ficou deserta no primeiro concurso, teve que ser refeito o projeto e estava agora em fase final do concurso. E mesmo os dirigentes do IPCA, numa reunião que tive com eles, acharam que não era uma prioridade, aliás, os estudantes universitários de Esposende, não precisavam de residência para estudar cá.

Nós temos 170 estudantes universitários, nos cursos tecnológicos superiores no IPCA e, a maior parte está em Barcelos, têm transporte particular e vão e vêm de Barcelos, portanto, não é uma prioridade. Mais ainda, as populações não foram ouvidas, a população de Fão está contra esse projeto, pior, é que aquilo é um PRR, mas não é a fundo perdido, é um empréstimo, que terá de ser pago por 30 anos, com o rendimento das rendas e não há um estudo de viabilidade económica oficial, disso. E tínhamos que entrar com cerca de um milhão de euros. Portanto, perante isso a decisão foi, cancelarmos a residência universitária.

Não é pelo facto de nós termos dinheiro, neste caso aquele empréstimo, nós temos que pensar como dizia no outro dia o Ministro da economia e da coesão territorial, que dizia assim “o facto de termos financiamento não quer dizer que temos que utilizar, temos que pensar é se há uma necessidade, ou não.”

Agravado ainda pelo facto de outra situação, que é o facto de que, temos aqui um problema de exequibilidade em tempo real.

Por acaso, nós não consideramos uma prioridade, mas se o quiséssemos fazer, será que acabaríamos tudo até 31 de agosto?

Não, não acabaríamos, mas não é uma prioridade, por isso é que nós, preferimos apostar noutras áreas.

Mas, e voltando ao Parque da Cidade, que é a segunda pergunta, o Parque da Cidade foi mais um exemplo, o Arq.to Morgado disse que o executivo tinha projetos, projetos tinha, mas no terreno os projetos não existiam.

O Parque da Cidade, foi consignada a obra em julho e foram feitas parangonas nas redes sociais, só que os terrenos não estavam ainda na posse administrativa da Câmara Municipal, tiveram que ser interrompidas as obras, aliás, estamos a pagar uma obra de estaleiro por causa disso, durante 3 meses e foi feita a posse administrativa a 27 de novembro e eles começaram as obras no dia 4 de dezembro. E, neste momento estão a decorrer as obras.

Portanto, em relação ao Parque da Cidade, estão a decorrer, embora, e aqui também tenho que dar uma informação, uma parte do terreno, pertence à empresa BIAH, que saiu agora uma sentença, posso-lhe dizer que deu razão ao arguido e, portanto, os terrenos não são públicos e, portanto, há uma parte dos terrenos sobre os quais não temos posse. Portanto, teremos que fazer provavelmente um reajuste do projeto.

Em relação à intervenção do Arq.to Morgado, sobre a residência já lhe respondi, sobre o Centro de Saúde, eu sou médico, quando se diz, “tem que se ter um Centro de Saúde”, isto parece que é bom, é quase como os robôs na saúde, é muito bom.

Só que depois há o reverso da medalha, na saúde, no PRR, no dinheiro mal gasto, manda-se pôr robôs em todos os hospitais, parece que vai ser uma coisa boa, não parece?

Mas não é. Daqui a um ano ou dois os robôs estão todos encostados por não ter gente para os utilizar.

O programa funcional do novo Centro de Saúde é exatamente igual ao programa funcional que existe no atual.

A questão é que ainda não está, o executivo anterior nem adjudicou a obra, estava em fase de concurso, imaginemos que nós o iríamos fazer, não teríamos tempo de terminar em 31 de agosto, não é uma necessidade premente.

Nós temos um Centro de Saúde relativamente bom e nós tentámos e temos tido reuniões com o ACES, para tentar por uma parte do dinheiro que fosse utilizada na recuperação do centro de saúde velho, mas é impossível, em tempo útil, não temos hipótese em 3 ou 4 meses de fazer uma obra que exige certificado energético, e ainda mais, o Centro de Saúde novo ainda não tem Parecer da ANEPC, que é a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Portanto, os projetos foram feitos, mas na verdade, quando podiam ter começado há 2 anos, ainda não foram postos no terreno.

Portanto, perante esta situação, nós temos que tomar decisões e a nossa decisão é que vamos ter que interromper este processo, porque se nós não concluirmos em 31 de agosto, nós temos que pagar do nosso próprio bolso e não temos essa disponibilidade financeira e não é uma necessidade premente.

Em relação à Deputada Rita Tinoco, do PS, a auditoria é por uma questão de respeito, por quem sai e por quem entra. Para não levantar dúvidas por parte da população, queremos transparência, só por isso e, será durante o último mandato.

Neste momento estamos numa fase de auscultação de empresas, vejo com muito bons olhos que façam parte do grupo da comissão de acompanhamento, é isso que nós queremos. Portanto, é por uma questão de respeito e de justiça para quem sai e para quem entra.

Em relação às várias empresas municipais quando tomarem posse, se os corpos sociais acharem que é necessário, expandiremos essa auditoria.

Em relação ao Arq.to Benjamim Pereira, à pergunta que era sobre habitação, dos vinte e três milhões, obrigado pelos seus esclarecimentos, mas o problema é que nós neste momento, sabemos que temos programas para apoiar a habitação e nós procuramos os projetos que existiam e não existe um único projeto, pronto para fazer uma candidatura. Nenhum!

Os únicos que existem são das casas particulares, de pessoas carenciadas, em que o município deu uma ajuda. Nos terrenos todos, identificados para os 91 fogos, só um que é de Palmeira de Faro é que está em condições de iniciar o projeto e, portanto, estamos neste momento a trabalhar para se fazer um projeto para concorrer nas próximas candidaturas.

Estamos na fase, por exemplo, o terreno de Vila Chã está em zona agrícola, o terreno de Gemeses e o terreno de Fonte Boa ainda têm que ir à Assembleia de Freguesia para os passarem para nós, o terreno de Criaz tem que ser feita uma permuta, o terreno de Paredes ainda tem que ser feita uma alteração urbanística e o terreno da Salgueira, ainda não foi expropriado. Portanto, não temos projetos, temos apenas intenções e estamos neste momento a trabalhar para que haja um projeto para o terreno de Palmeira de Faro, para que seja possível construir 12 habitações, para arrendamento.

Penso que respondi a todas as perguntas.

Muito obrigado a todos.-----

De seguida, pelas 21 horas e 05 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem os Votos, Recomendações e Moção apresentados.-----

Pelas 21 horas e 10 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação dos Votos de Pesar, das Recomendações e da Moção apresentados, tendo-se obtido as seguintes

votações:

1 - VOTO DE PESAR PELA MORTE DE ÁLVARO LABORINHO LÚCIO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, MANIFESTANDO O MAIS PROFUNDO PESAR PELO FALECIMENTO DE ÁLVARO JOSÉ BRILHANTE LABORINHO LÚCIO, ENVIANDO AS MAIS SINCERAS CONDOLÊNCIAS À SUA FAMÍLIA E AMIGOS.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTA DELIBERAÇÃO À FAMÍLIA ENLUTADA.-----

2 - RECOMENDAÇÃO “ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE À ANAM – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, E, ASSIM, RECOMENDAR À CÂMARA MUNICIPAL A APROVAÇÃO DA ADESÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE À ANAM - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS.-----

3 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO MANUEL AMORIM DOS SANTOS.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, E SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO MANUEL AMORIM DOS SANTOS.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTO DE PESAR, ENDEREÇANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

4 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FRANCISCO PINTO BALSEMÃO.-

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, E SUBSCRITO POR TODAS AS BANCADAS POLÍTICAS, PELO FALECIMENTO DE FRANCISCO PINTO BALSEMÃO.-----
MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTO DE PESAR, ENDEREÇANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

5 - MOÇÃO “PELA CONSTRUÇÃO E PELO RECONHECIMENTO DA RELEVÂNCIA E DO MÉRITO DOS PROJETOS DA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES E DO NOVO CENTRO DE SAÚDE DE ESPOSENDE E DO SEU

IMPACTO POSITIVO NO DESENVOLVIMENTO E QUALIDADE DE VIDA DO CONCELHO DE ESPOSENDE”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, 2 ABSTENÇÕES DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA E 14 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, REJEITAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.

Pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Tal como foi expressa e reiteradamente afirmado pelo movimento “Mudança por Todos”, ao longo da campanha eleitoral autárquica, o desenvolvimento do concelho de Esposende deve assentar em três princípios fundamentais: transparência, rigor na gestão dos recursos públicos e participação da comunidade nas decisões estruturantes.

Os projetos da Residência de Estudantes e do novo centro de Saúde de Esposende não observam, nem asseguram estes princípios.

No que toca ao projeto da Residência de Estudantes, não foi observado, nem assegurado o princípio da transparência, porquanto inexistente qualquer estudo económico-financeiro associado ao processo, algo que, nestas matérias, é sempre imprescindível e, de resto, corresponde às boas práticas da boa governança.

Não foi também observado, nem assegurado o princípio do rigor na gestão dos recursos públicos, pois, o que está em causa, é um empréstimo ao Município a 30 anos e não um qualquer financiamento a fundo perdido. Assim, o Município ver-se-ia na condição de pagar um projeto avultado com base em receitas futuras incertas. Acresce, por outro lado, que este projeto tinha como prazo de conclusão a data de 31 de agosto de 2026, o que é, na prática, manifestamente inexecutável. Assim, o risco de devolução de apoio é de probabilidade elevada.

Por fim, não foi observado, nem assegurado o princípio da participação da comunidade nas decisões estruturantes, uma vez que na formação da decisão sobre este projeto a população de Fão nunca foi auscultada, nem tão pouco lhe foram prestados quaisquer esclarecimentos. Acresce, por outro lado, o abaixo-assinado amplamente subscrito pela população de Fão, contra a obra, e que deveria, no mínimo, ter merecido um diálogo entre o então Executivo do PSD e a população local, o que não aconteceu de todo.

Relativamente ao novo Centro de Saúde de Esposende, não foi observado, nem assegurado o princípio da transparência, uma vez que foi omitido o facto de que o atual Centro de Saúde, requalificado, assegura exatamente as mesmas valências assistenciais a que um novo centro de saúde se propunha, com menos custo, mais rapidez e sem perda de qualidade.

Não foi também observado, nem assegurado o princípio do rigor na gestão dos recursos públicos, uma vez que não existia qualquer possibilidade de concluir a obra do novo Centro de Saúde até 31 de agosto de 2026, prazo limite do PRR, o que significaria perder o apoio e transferir o risco para o orçamento municipal.

Como referimos no início, a boa governança autárquica requer transparência, rigor na gestão dos recursos públicos e participação da comunidade nas decisões estruturantes.

Estes princípios estiveram ausentes na governança do anterior executivo do Município aquando da formação dos referidos projetos, pelo que, a serem concretizados, iriam comprometer gravemente os superiores interesses da população do concelho de Esposende.”--

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Prescindir desses dois equipamentos é claramente de uma falta de visão que é lamentável e eu digo porquê. A residência de estudantes vem no seguimento de dois acordos feitos um com o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, para a fixação do ensino superior no concelho de Esposende. Outro com a Universidade do Minho, para criar um Centro Multidisciplinar de Ciência e Tecnologia Marinha, em Apúlia.

São dois equipamentos com duas instituições de ensino público, que se fixariam, o IPCA está cá, a Universidade vamos esperar que não seja também um dos projetos abandonados, com centenas de estudantes, que neste momento já temos mais de cerca de 170 estudantes cá.

Obviamente que a residência não é para os estudantes de cá.

Hoje, a problemática da habitação e, do arrendamento para os estudantes é crucial, para o sucesso do ensino superior. Nos grandes centros urbanos, nas cidades mais pequenas que tiveram, eu diria, a astúcia de se posicionarem nesse setor em tempo próprio, e aqui, não foi possível fazê-lo, sabem quão determinante é ter um espaço onde os estudantes possam ficar e quem tem os seus filhos a estudar, sabe bem o que é que isto significa. Deitar por terra, a fixação, a possibilidade de construir uma residência de estudantes sem Esposende, para além da requalificação de todo aquele espaço à entrada de Fão que tanto precisava e precisa de ser requalificado, é da nossa perspetiva, um erro crasso, que deve ser denunciado.

Conseguimos o financiamento à segunda, da primeira vez não conseguimos, que a nossa candidatura fosse aprovada. Para que a candidatura de Esposende fosse aprovada, outros municípios ficaram sem a possibilidade de fazer a sua residência de estudantes.

Há dias fui contactado pelo Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, que se mostrou totalmente desiludido com o município de Esposende, ele pensava que eu ainda tinha alguma função autárquica e, totalmente desiludido pela desistência deste projeto.

O prazo, o prazo nunca seria um problema.

Entenda-se que este processo estava em fase de adjudicação, para quem sabe o que é que isso significa, adjudicação é um curto prazo, consignação, início da obra.

A obra podia claramente ser executada em tempo útil e, todos sabemos que no final destes prazos, do 31 de agosto e eu estou a lidar com responsabilidades em termos nacionais, terão com toda a certeza alguma abertura para a sua continuidade. Ter medo, é preciso ter coragem quando se exerce um cargo político autárquico.

O Centro de Saúde, eu nem sei o que dizer, porque o Centro de Saúde, dizer que não é importante um Centro de Saúde, um investimento na ordem dos seis milhões de euros, para servir a população de Esposende, não sei o que é que hei-de dizer, vindo da boca de um cidadão normal, poderia ser por desconhecimento, da boca do atual Presidente da Câmara, que é doutorado na área da medicina, que esteve ao lado deste projeto, que sabe a ligação que existia e o que estava previsto acontecer no Centro de Saúde de Esposende, com a ligação ao novo Hospital de Barcelos, que esperemos venha a ser construído, com o acompanhamento da ULS, que enquadrava perfeitamente esta pretensão, é, algo de lamentável.

Reparem, o Centro de Saúde foi uma conquista do município de, Esposende, no âmbito da Transferência de Competências do Estado, na área da saúde, para o município. Conseguimos viaturas elétricas para estarem nos nossos Centros de Saúde, conseguimos a reabilitação dos

Centros de Saúde, nomeadamente o de Apúlia e, obviamente, que as queixas sucessivas que temos em relação às instalações do atual Centro de Saúde de Esposende e que o diga a comunidade médica se tiver coragem de o assumir publicamente, as queixas sucessivas levaram-nos a pensar, um financiamento desta dimensão, de cerca de seis milhões de euros, claro, não podíamos nunca dizer que não.

A obra está para adjudicação também, seria exatamente a mesma situação.

Termino então desta forma, o grupo político do PSD entende que este é um erro dos mais graves que foram cometidos na política autárquica do nosso município nas últimas décadas.”-

6 - RECOMENDAÇÃO “PARA CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO COMPOSTO POR UM REPRESENTANTE DE CADA UM DOS GRUPOS POLÍTICOS (QUE NÃO TENHA TIDO FUNÇÕES NA CÂMARA OU ASSEMBLEIA DURANTE O PERÍODO SOB AVERIGUAÇÃO), PARA ACOMPANHAR TODO O PROCESSO DE AUDITORIA”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELA DEPUTADA DO PS, E, ASSIM, RECOMENDAR À CÂMARA MUNICIPAL A CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO COMPOSTO POR UM REPRESENTANTE DE CADA UM DOS GRUPOS POLÍTICOS (QUE NÃO TENHA TIDO FUNÇÕES NA CÂMARA OU ASSEMBLEIA DURANTE O PERÍODO SOB AVERIGUAÇÃO), PARA ACOMPANHAR TODO O PROCESSO DE AUDITORIA.-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Primeira inscrita, Senhora Goreti Pereira, que em síntese disse:

“Peço desculpa, eu não sou destas andanças.

Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados e a todo o público.

Eu estou aqui como cidadã da freguesia de Belinho, que não entendeu muito bem o último processo eleitoral para as juntas de freguesia.

O processo eleitoral decorreu normalmente, só há pouco nos foi comunicado que temos um Presidente, que foi eleito, mas pelo que eu percebi, pela contagem dos votos, sêm maioria.

Está-se a passar uma autêntica telenovela ou série, o que lhe queiram chamar, nas redes sociais, nas ruas da freguesia e na cabeça das pessoas. Fala-se de tudo, de corrupção, de aliciamento com ofertas de emprego, tudo e mais alguma coisa. Eu não consigo perceber e não consigo explicar a quem me pergunta e principalmente a quem tenho em casa e a quem

coloquei no mundo, como é que isto funciona.

Eu nasci em 73 e em 74 foi conquistado neste país o direito do voto, principalmente às mulheres e aquilo que me foi ensinado é, votamos, há um partido que ganha, outros que que perdem ou não, e depois é-se liderado conforme a percentagem de votações, ou se chega a um acordo.

Na minha freguesia isso não aconteceu e fiquei há poucos dias a saber que temos um Presidente que foi eleito e bem, mas não houve acordo em relação ao resto da constituição da junta de freguesia. Eu gostava de saber, se houver alguém aqui na assembleia ou no público que possa esclarecer, da legitimidade e da legalidade da tomada de posse destes órgãos e como é que a minha terra será gerida a partir de hoje, para que eu possa explicar também a quem me pergunta.

Boa noite e obrigada a todos.”-----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à segunda inscrita, Senhora Joana Santana, que em síntese disse:

*“Boa noite a todos,
Cumprimento a Mesa,
Os deputados,
Presidentes de junta,
Executivo municipal e o público presente.*

Gostaria de começar por saudar o início deste mandato, desejando que ele corresponda às necessidades e anseios da população do concelho de Esposende e, também, não poderia deixar de saudar os trabalhadores do concelho que aderiram à greve geral, convocada pela CGTP-IN no passado dia 11 de dezembro, bem como a todos aqueles, que não tendo participado pelas mais diversas razões, sentem na pele os efeitos das políticas que atacam os salários, horários de trabalho e direitos laborais. A greve geral tem sido uma expressão clara de rejeição deste pacote laboral que agrava a exploração e precariza ainda mais a vida de quem trabalha. Mas a minha intervenção, vem no sentido de colocar uma questão concreta, que é, para quando a transmissão em direto desta Assembleia, pela transparência, pela proximidade com a população. Garantir o acesso da população aos trabalhos deste órgão é um passo básico à democracia local mais participada. Como vemos esta sala está cheia, há muita gente que tem e bem, vontade de participar, por um lado, este espaço parece pequeno para a vontade da população participar, poderia haver outras alternativas, como por exemplo o auditório municipal, que tinha um espaço mais simpático, e que se calhar até, facilitava o processo de transmissão da Assembleia. Lembro-me que na Tomada de Posse foi fácil fazer a transmissão online e em direto da Assembleia. E também outra coisa que solicito, como mulher trabalhadora é que as assembleias possam ser à sexta-feira à noite, porque de facto, amanhã é um bocadinho penoso acordar às 6 e tal da manhã para ir trabalhar, depois de, uma noite de trabalho e de estar aqui, nesta Assembleia. E com isto desejo-vos um excelente trabalho e boas festas para todos.

Boa noite.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dirigiu-se à primeira inscrita, Senhora Goreti Pereira, dizendo que não era da competência da Assembleia nem da Câmara tratarem do

assunto que referiu, era um problema que seria resolvido pelos meios próprios, contudo, se alguém quisesse intervir podia fazê-lo. Não havendo mais intervenções, dirigiu-se à segunda inscrita, Senhora Joana Santana, dizendo que estava em discussão a transmissão em direto das sessões da Assembleia Municipal, seria uma questão de uma ou duas sessões, era um problema que iria ser discutido. Já existia um Regulamento, a Comissão Permanente que ia ser formada iria estudar o assunto, levá-lo à Assembleia Municipal, e se a maioria dos deputados estivesse de acordo, começariam a ser transmitidas as sessões.-----

Terminado este Período o Presidente da Mesa entrou de seguida no Período da Ordem do Dia.-

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

03.01 – ELEIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. C) DO Nº 1 DO ARTIGO 26º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão para deliberação, proposta do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Esposende, com vista à eleição da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 26º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 4 do artigo 25º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

Colocado o assunto à discussão, não se verificaram intervenções.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E, ASSIM, ELEGER ATÉ À ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A COMISSÃO PERMANENTE QUE, CONFORME DISPÕE O NÚMERO 4 DO ARTIGO 23º DO REGIMENTO, SEJA CONSTITUÍDA PELA MESA DA ASSEMBLEIA E PELOS PRESIDENTES DOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS.-----

03.02 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL, NOS TERMOS DO ARTIGO 41º DA LEI 80/2015, DE 3 DE AGOSTO.-----

Com vista à eleição do representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil, nos termos do artigo 41º da Lei nº 80/2015, de 3 de agosto, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, uma pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende nomear o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Gandra, Carlos Vilas Boas e outra apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende nomear

o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Palmeira de Faro, Fernando Cruz, como representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, COM 19 VOTOS, 15 VOTOS NA PROPOSTA “B” E 1 ABSTENÇÃO E, ASSIM, DESIGNAR COMO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL, O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GANDRA – CARLOS VILAS BOAS.-----

03.03 – ELEIÇÃO DE DOIS PRESIDENTES DE JUNTA, EFETIVO E SUPLENTE QUE COMPÕEM O CONGRESSO NACIONAL DA ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 6º DOS ESTATUTOS DA ANMP.-----

Foi presente na sessão ofício da ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, com vista à eleição dos dois presidentes de junta (efetivo e substituto) que compõem o Congresso Nacional da ANMP, nos termos do nº 2 do artigo 6º dos seus Estatutos, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, uma pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende designar para representação das Freguesias do Município de Esposende, no Congresso Nacional da ANMP, como membro efetivo Carlos Manuel Calheiros de Almeida, Presidente da Junta da Freguesia de Marinhas, e, como suplente, Jorge Humberto de Sousa e Silva, Presidente da Junta da Freguesia de Gemeses e outra apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende designar como membro efetivo Carlos Lima, Presidente da Junta da Freguesia de Mar, e, como suplente, Vítor Quintão, Presidente da Junta da Freguesia de Forjães.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, COM 19 VOTOS, 15 VOTOS NA PROPOSTA “B” E 1 ABSTENÇÃO E, ASSIM, DESIGNAR PARA REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NO CONGRESSO NACIONAL DA ANMP, OS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA CARLOS MANUEL CALHEIROS DE ALMEIDA (COMO DELEGADO EFETIVO) E JORGE HUMBERTO DE SOUSA E SILVA (COMO DELEGADO SUBSTITUTO).-----

03.04 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS E DE UM SUPLENTE, PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE

FOGOS RURAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 3 DO ARTIGO 29º, DO DL Nº 82/2021, DE 13 DE OUTUBRO.-----

Com vista à eleição de um representante e seu suplente na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 82/2021 de 13 de outubro, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, uma pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende nomear como representante efetivo o Presidente da Junta da União de Freguesias de Fonte Boa e Rio Tinto, Rui Manuel da Ponte Gonçalves, e, como representante suplente, o Presidente da Junta da Freguesia de Curvos, Filipe Manuel Fonseca Marques e outra apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende nomear como representante efetivo o Presidente da Junta da Freguesia de Belinho, Filipe Moreira, e, como representante suplente, o Presidente da Junta de Freguesia de Antas, José Viana.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, COM 19 VOTOS, 14 VOTOS NA PROPOSTA “B” E 2 ABSTENÇÕES E, ASSIM, DESIGNAR PARA REPRESENTANTE EFETIVO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FONTE BOA E RIO TINTO - RUI MANUEL DA PONTE GONÇALVES E PARA REPRESENTANTE SUPLENTE, O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CURVOS – FILIPE MANUEL FONSECA MARQUES.-----

03.05 – ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE QUE CONSTITUIRÃO A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM CÁVADO PARA O MANDATO 2025-2029, 4 MEMBROS EFETIVOS E 4 MEMBROS SUPLENTES, NOS TERMOS DO ARTIGO 83º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Com vista à eleição dos membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da CIM Cávado (4 efetivos e 4 suplentes), para o mandato 2025/2029, nos termos do artigo 83º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, uma pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se pretende nomear como efetivos os Senhores Deputados Municipais Carlos Jorge Enes Capitão de Abreu, Tânia Sofia Lima da Mota, Francisco Manuel Guimarães de Melo e Sara Filipa Gonçalves Herdeiro, e como suplentes, os Senhores Deputados Municipais Elvira Maria Cubelo Morais, Dinis Cunha Ferreira, Maria Alexandra Lage Sousa e João Pedro da Costa Laranjeira e outra apresentada

pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende nomear como efetivos os Senhores Deputados Municipais Otilio da Silva Hipólito, João Paulo Peixoto Torres, Elsa Isabel Gonçalves Fernandes, António Mateus Ribeiro e como suplentes os Senhores Deputados Municipais Manuel Eiras Martins de Abreu, Sandra Patrícia de Sá Gomes, António José Pereira Morgado e António Benjamim da Costa Pereira.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, COM 11 VOTOS NA PROPOSTA “A”, 8 VOTOS NA PROPOSTA “B” E 2 ABSTENÇÕES, DESIGNAR PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM CÁVADO NO MANDATO 2025-2029, COMO EFETIVOS OS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS CARLOS JORGE ENES CAPITÃO DE ABREU, TÂNIA SOFIA LIMA DA MOTA, OTÍLIO DA SILVA HIPÓLITO E JOÃO PAULO PEIXOTO TORRES, E COMO SUPLENTE OS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELVIRA CUBELO MORAIS, DINIS CUNHA FERREIRA, MANUEL EIRAS MARTINS DE ABREU E SANDRA PATRÍCIA DE SÁ GOMES.-----

03.06 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.-----

Com vista à eleição do representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 4º do Regimento interno do Conselho Municipal de Educação, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, uma pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se propõe a nomeação do Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Marinhas, Carlos Manuel Calheiros de Almeida e outra apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se propõe a nomeação do Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Antas, José Viana.--

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, COM 19 VOTOS, 15 VOTOS NA PROPOSTA “B” E 1 ABSTENÇÃO E, ASSIM, DESIGNAR O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MARINHAS, CARLOS MANUEL CALHEIROS DE ALMEIDA COMO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.-----

03.07 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES CÁVADO III – BARCELOS ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 31º DO DL 28/2008, ALTERADO E REPUBLICADO PELO DL 253/2012, DE 27 DE NOVEMBRO.-

Com vista à eleição do representante da Assembleia Municipal para o Conselho da Comunidade do ACES Cávado III, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31º do DL 28/2008, alterado e republicado pelo DL 253/2012, de 27 de novembro, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, uma pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se propõe a nomeação do Deputado Municipal, Carlos Jorge Enes Capitão de Abreu e outra apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se propõe a nomeação do Deputado Municipal, Vítor Quintão.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, COM 19 VOTOS, 14 VOTOS NA PROPOSTA “B” E 2 ABSTENÇÕES E, ASSIM, DESIGNAR O DEPUTADO MUNICIPAL CARLOS JORGE ENES CAPITÃO DE ABREU, COMO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES CÁVADO III BARCELOS/ESPOSENDE.-----

03.08 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PARQUE NATURAL LITORAL NORTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 8º DO DECRETO – LEI Nº 135/2012, ALTERADO PELO DECRETO-LEI Nº 78/2015, DE 13 DE MAIO.-

Com vista à eleição do representante da Assembleia Municipal de Esposende no Conselho Estratégico do Parque Natural Litoral Norte, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 135/2012, alterado pelo Decreto-Lei n.º 78/2015, de 13 de maio, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, uma pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se propõe a nomeação do Presidente da Junta da Freguesia de Fão, Valdemar Mota Faria e outra apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se propõe a nomeação do Presidente da Junta da Freguesia de Esposende, Miguel Sousa.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO

MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, COM 18 VOTOS, 15 VOTOS NA PROPOSTA “B” E 2 ABSTENÇÕES E, ASSIM, DESIGNAR O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FÃO, VALDEMAR MOTA FARIA, COMO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PARQUE NATURAL LITORAL NORTE.-----

03.09 – ELEIÇÃO DE AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA LEI Nº 173/99, DE 21 DE SETEMBRO E DA ALÍNEA E) DO Nº 2 DO ARTIGO 157º DO DECRETO-LEI Nº 202/2004.-----

Com vista à eleição de autarca de freguesia para o Conselho Cinegético Municipal de Esposende, nos termos da Lei nº 173/99, de 21 de setembro e da alínea e) do nº 2 do artigo 157º do DL 202/2004, de 18 de agosto, republicado pelo DL 2/2011, de 6 de janeiro, que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas:

Foram apresentadas duas propostas, uma pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, designada pela proposta “A”, de acordo com a qual se propõe a nomeação do Presidente da Junta da Freguesia de Vila Chã, Óscar Fernando Monteiro Torre da Silva e outra apresentada pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se propõe a nomeação do Presidente da Junta da Freguesia de Antas, José Viana.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, COM 19 VOTOS, 14 VOTOS NA PROPOSTA “B” E 2 ABSTENÇÕES E, ASSIM, DESIGNAR O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ, ÓSCAR FERNANDO MONTEIRO TORRE DA SILVA, COMO AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE.-----

03.10 – ELEIÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS ELEITORES QUE REPRESENTARÃO A CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. L) DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO.-----

Foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia, retirar este assunto da presente ordem de trabalhos, ao abrigo da al. d) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual versão, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.-----

03.11 – DELIBERAÇÃO SOBRE A FIXAÇÃO DO VALOR DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DO ESTATUTO DOS

ELEITOS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 29/87, DE 30 DE JUNHO, NA SUA VERSÃO ATUALIZADA.-----

Foi presente na sessão Proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que se fixe o valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal de Esposende, nos termos do nº 1 do artigo 17º do estatuto dos eleitos locais, aprovado pela Lei nº 29/87, republicada pela Lei nº 52-A/2005, de 10 de outubro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante. -----

Foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia, retirar este assunto da presente ordem de trabalhos, ao abrigo da al. d) do n.º 1 do artigo 30.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual versão, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.-----

03.12 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2026 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de dezembro de 2025, foi presente na sessão a proposta para o ano de 2026 do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

O líder do Grupo Político do PPD-PSD colocou algumas questões, às quais o líder do Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, depois de devidamente autorizado pela Mesa, prestou os esclarecimentos devidos.-----

O Deputado do CHEGA interveio nos seguintes termos:

*“Senhor Presidente da Assembleia e Restante Mesa,
Senhor Presidente da Câmara e Restante Vereação,
Senhores Deputados,
Público presente,
Comunicação Social.*

Esposende apresenta hoje um orçamento volumoso, superior a 70 milhões de euros. É um orçamento que revela dimensão financeira, com acesso a fundos, e claro que dará estabilidade institucional. Mas essa dimensão, por si só, não é um mérito político. A verdadeira questão não é quanto se orçamenta, mas o que se transforma!

E é precisamente aí que começam as dívidas.

Ao longo do documento, é visível um peso significativo da despesa corrente, da estrutura administrativa e da manutenção do funcionamento regular do município.

E aqui, Sr. Presidente, surge a pergunta, se este orçamento foi desenhado para gerir o que já existia ou se é para mudar o que não está a funcionar?

É que por exemplo, quando olhamos para as áreas sociais e habitacionais, o discurso é o da inclusão, da coesão, da proximidade. Mas o documento é pouco claro quanto ao impacto concreto dessas medidas na vida diária das pessoas, quantos sem abrigo temos e quantos foram auxiliados. Quantos fogos habitacionais estão entregues a quem realmente precisa. Sr. Presidente, este orçamento mede o sucesso pelas intenções declaradas ou pelos problemas que efetivamente serão resolvidos?

No ambiente, na mobilidade e na proteção do território. Fala-se de sustentabilidade, defesa do litoral, mobilidade, adaptação climática. Mas Esposende convive há anos com fragilidades conhecidas: a pressão costeira, as dificuldades de mobilidade interna, a dependência do automóvel – especialmente nas zonas mais distantes do centro – e os riscos ambientais recorrentes.

Por isso perguntamos, Sr. Presidente, quantas destas medidas são novas e quantas são a reedição, com nova linguagem, de planos que continuam por executar? Onde está a mitigação, o auxílio à população, o combate à erosão, e a proteção dos polinizadores?

Quando falamos de cultura, turismo e património. Falamos de Eventos, programação, promoção, valorização do território. Sabemos que o turismo é uma oportunidade.

Mas o documento quase não prevê os efeitos colaterais, que obviamente acontecerão. Como a pressão urbanística, custo da habitação, uso intensivo do espaço público, o ruído, entre outros. Não somos contra o fazer. Queremos simplesmente prever, ou prevenir as queixas que vemos serem constantes aqui e noutros locais. Sr. Presidente, este orçamento governa o turismo ou limita-se a beneficiá-lo, esperando que o equilíbrio aconteça por si?

Na educação e juventude, há investimento, há projetos, há respostas. Mas continua a faltar uma estratégia clara de ligação entre educação, mercado de trabalho local e fixação de jovens qualificados. Sr. Presidente, vamos formar jovens para Esposende ou para outros concelhos e outros países?

Nas obras públicas e no urbanismo, os valores são elevados e os projetos numerosos. Mas a experiência diz-nos que nem sempre a ambição orçamental se traduz em execução atempada. A dispersão de investimentos e a sucessão de obras por concluir continuam a marcar a perceção pública. Sr. Presidente, este orçamento reflete uma capacidade real de executar ou apenas a capacidade de prometer? E se o puder fazer, qual será a sua prioridade e critério de intervenção no município?

Finalmente, na saúde, no desporto e no bem-estar, o município assume um papel complementar ao Estado, apoiando estruturas, atividades e práticas saudáveis. Mas o envelhecimento da população e a pressão sobre os cuidados de saúde exigem mais do que complementaridade, exigem ação, intervenção, exigem estratégia e prioridade política. Sr. Presidente, onde é que este orçamento antecipa os desafios demográficos, quer do envelhecimento, quer da imigração jovem ou da emigração em massa. Vamos prevenir, ou tal como este orçamento, vamos limitar-nos a reagir aos problemas?

Para terminar, em questões da segurança, vemos Esposende com cada vez mais insegurança, lojas assaltadas, lojistas agredidos, e como aconteceu no passado sábado – as explosões em contentores. Felizmente conseguiram deter estas pessoas antes de causarem mais estragos. Senhor presidente, precisamos de reforço Policial com urgência, não apenas de mais um veículo na GNR, mas também de outras alternativas como por exemplo a imagem do Vigilante Noturno ou o corpo de Polícia Municipal e a implementação da videovigilância. Senhor

Presidente, gostaria que nos esclarecesse se vai ou não avançar com a Polícia Municipal, para quando ou caso não esteja previsto, qual o real motivo?

No conjunto, o que este documento nos apresenta é um orçamento grande, tecnicamente sólido e politicamente seguro. Mas é também um orçamento que evita o risco, que evita a rutura e que evita a pergunta mais difícil: o que é que estamos dispostos a mudar a sério?"-----

O Senhor Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos devidos.-----

Interveio ainda o Deputado António Morgado do Grupo Político do PPD-PSD, tendo o Senhor Presidente da Câmara prestado os devidos esclarecimentos.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 19 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS E DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, 2 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO PS E DO CHEGA, E 14 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2026 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E AS AUTORIZAÇÕES CONSTANTES DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O PSD Absteve-se relativamente à proposta de Orçamento e dos Documentos Previsionais para o ano de 2026, porquanto:

Antes de mais, considerando que em sede de votação na Câmara Municipal, o PSD votou favoravelmente esta proposta do Orçamento e Documentos Previsionais, apenas e só, porque, quer na reunião realizada no âmbito do Direito de oposição, quer no dia da aprovação da proposta em reunião de Câmara, apesar de questionado pelos membros do PSD e pelos seus vereadores, nunca o Senhor presidente da Câmara afirmou claramente que iria abdicar da construção dos projetos Financiados pelo PRR, nomeadamente a Residência de Estudantes e o Centro de Saúde de Esposende. Pelo que no benefício da dúvida o voto do PSD na Câmara Municipal foi favorável. Contudo, sabendo agora da não construção da residência e do centro de saúde, ficou claro que o senhor presidente, ou escondeu o que verdadeiramente iria fazer relativamente a estes projetos, ou o senhor presidente não tinha, como agora revela também não ter, uma estratégia firme para o que, efetivamente, pretende para o nosso território.

Sabemos que tem que cumprir com promessas eleitorais populistas, como é o caso da residência onde cedeu aos interesses de alguns, mas governar por todos e para todos, não é isso!

Governar dessa forma é não atender ao interesse comum, e por isso não deveria ceder ao interesse corporativo como fez.

Chegados a este momento, e uma vez que já é da esfera pública a não concretização desses dois projetos por parte do executivo, o nosso voto nesta Assembleia não poderia ser outro senão o da Abstenção. Discordamos completamente da posição do executivo no que a esta questão diz respeito. Para nós, a não concretização deste dois projetos representa um retrocesso para Esposende e uma falta de visão estratégica que apenas prejudicará as pessoas

orçamento. Nunca poderíamos votar a favor, pois não é um orçamento com propostas do PS, mas consideramos a abstenção como forma de conceder o benefício da dúvida para quem está a começar e se apresenta com um dinamismo que os eleitores achavam que estava em falta. No entanto, depois de uma análise séria e responsável do orçamento e em boa consciência, não nos resta outra solução que não seja a de votar contra os documentos previsionais apresentados.

No geral, o plano de atividades para 2026 enferma de muitas omissões: a falta de pormenorização relativa ao que chamam a expansão da rede de saneamento, a ausência de referência às empresas (muito mais poluentes do que as famílias) como destinatárias de campanhas de educação e sensibilização ambiental, a falta de pormenores nas ações relativas a infraestruturas e equipamentos escolares, ou em relação às ações relacionadas com os idosos e o envelhecimento ativo, a magreza de ações concretas previstas para a habitação acessível, reabilitação e respostas às necessidades de jovens e famílias quanto à habitação, à saúde – e muitos outros exemplos – esta falta de densificação, materialização, pormenorização das propostas leva-nos claramente a não poder apoiar este plano.

E na verdade a apreciação geral dos documentos previsionais não nos leva senão a concordar com a declaração de voto do PSD na ata da reunião da Câmara de 11 de dezembro e passo a ler: a proposta de orçamento e documentos previsionais dá continuidade ao projeto político do anterior executivo do PSD. Se se queria mudança, não é aqui que se encontra.

Olhemos para o exemplo do apoio dados às juntas de freguesias. O reforço das transferências para as juntas foi uma das grandes bandeiras da campanha autárquica pelo movimento independente, justificada pela necessidade de dar mais autonomias às juntas. Ora, a solução apresentada para 2026 deixa as juntas em pior condição do que estiveram no ano de 2025! Alegam que duplicam o FFF mas no orçamento descobre-se que as transferências correntes para as juntas irão diminuir em 14% face ao ano anterior e mesmo que se entenda que o aumento está nas verbas dos subsídios, estas são apenas de 10%. E a prova de que a duplicação do valor do FFF não é suficiente está no facto de as juntas de Fão e de Apúlia terem pedido (e a câmara autorizou) reforços no valor de quase metade do valor que lhes vai ser atribuído já em novembro de 2025. A medida de reforço para as juntas é cosmética, não resolve qualquer problema e não resolve certamente o problema central de autonomização das juntas face à câmara. Muda o procedimento, mas não existem mudanças – lá está – estruturais efetivas.

Mais: este orçamento é expansionista, é maior e mais ambicioso do que o passado já que aumenta em cerca de 28%, mas é também mais despesista, se preferirem outra expressão: prevêem-se por exemplo quase 5 milhões de apoio a serviços culturais, recreativos e religiosos, mas apenas 241 mil para turismo ou 631 mil para habitação. Que desequilíbrio de prioridades é este?

Mas é também um orçamento que cresce assente sobretudo num aumento das transferências de capital e no maior endividamento. A receita corrente aumenta apenas cerca de 10% mas a despesa corrente sobe 12% e o saldo corrente piora: de 1,1 milhões em 2025, para apenas 646mil em 2026. Além disso, mais de 50% do financiamento do investimento depende de transferências externas (fundos comunitários, PRR, programas de financiamento nacionais) e os passivos financeiros crescem 85%. Os encargos com juros, por exemplo, quase duplicam passando de 381mil em 2025 para quase 758 mil em 2026 – um aumento de 98,22%.

Ora, as transferências externas atrasam, os concursos atrasam, as obras derrapam, os custos aumentam e o orçamento municipal tem opções que apresentam verdadeiros riscos financeiros

e, no caso do Centro de Saúde, perde-se a oportunidade de termos um equipamento moderno, dotado de todas as valências necessárias que permita, finalmente, trazer dignidade a quem a ele recorra, principalmente aqueles que apenas têm no Centro de saúde a única alternativa para os seus problemas de saúde. Seria bom que este executivo percebesse que nem toda a gente tem condições para recorrer ao privado e às urgências no privado. E esta era de facto, uma oportunidade de trazer justiça e igualdade que este executivo, e o senhor presidente em particular, de forma completamente irresponsável desperdiça. Desperdiça financiamento garantido e desperdiça a oportunidade.

Mas, dizer ainda, que o que nos leva a não votar contra este orçamento, é o facto de registarmos que a proposta dá, pelo menos continuidade à quase totalidade do projeto político do anterior executivo do PSD, nomeadamente no que diz respeito à política fiscal, mantendo os impostos nas taxas mínimas legais para famílias e empresas, tal como vinha acontecendo ao longo dos últimos mandatos, e ao investimento previsto, que, à semelhança do que acontece com a carga fiscal, este orçamento reproduz na quase totalidade todos os projetos financiados do anterior executivo (com exceção da Residência e do centro de Saúde) e dá continuidade a todos os projetos já iniciados ou em fase de contratação pública. Concretamente, a título de exemplo, falo dos projetos e investimentos em saneamento básico que o executivo do PSD deixou em curso. E estamos a falar de um investimento de cerca de 9M de euros.

Pelo que, se atendermos a que o aumento do valor do orçamento comparativamente ao ano anterior que era de 55M, se deve apenas ao aumento das transferências normais do Estado e à receita de impostos, nomeadamente do forte aumento da receita de IMT, receita essa que espelha bem a excelente governação do PSD nos mandatos anteriores, e à inclusão dos projetos financiados PRR e PT 2030 que já iniciaram, como é o caso da Escola secundária Henrique Medina, constatamos que de facto, não só o PSD sempre esteve certo nas sua estratégia política, como este executivo revela falta de estratégia e ambição para o concelho de Esposende. Não foi capaz de fazer diferente!

Em suma, este é um orçamento que repete o projeto político do PSD de Esposende, não se verificando qualquer MUDANÇA estratégica.

Aliás, as poucas Mudanças identificadas, refletem sim, um prejuízo para o concelho de Esposende, nomeadamente pelo desaproveitamento de mais de 9 milhões de euros já aprovados em sede de PRR. Ao qual se acrescentam medidas populista, como o apoio dado indiscriminadamente aos estudantes do concelho, que, além de pouco acrescentarem aos apoios já existentes, agravam os desequilíbrios sociais existente nas famílias.

Por último, reforçar que este orçamento só é possível fruto do trabalho desenvolvido pelo anterior executivo e pela boa saúde financeira em que o município se encontra, contrariamente ao que se tentou fazer crer junto da população. 2025 terminará com saldo positivo e superavit.

Por tudo isto, abstemo-nos, e esperamos por parte deste executivo uma gestão financeira responsável, assegurando a concretização dos investimentos em curso e a manutenção das contas positivas, conforme herdou do executivo anterior do PSD.”-----

Pela deputada do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Por nos encontrarmos num suposto início de ciclo político ancorado numa vontade de “mudança” dos eleitores em Esposende, e termos atualmente um novo executivo que ganhou as eleições expressivamente, o grupo do PS faria muito gosto em abster-se na aprovação do

“O nosso voto contra este orçamento não é um voto de bloqueio nem de mera oposição por princípio. É um voto de responsabilidade política e de coerência com aquilo que defendemos para o nosso concelho.

*Desde logo, uma das nossas principais preocupações prende-se com a **segurança**, uma matéria que é hoje central para a qualidade de vida das populações. Apesar de ser uma preocupação crescente dos municípios, este orçamento **pouco ou quase nada acrescenta** em termos de investimento na segurança do concelho.*

Não vemos reforço claro de medidas de prevenção, não vemos aposta significativa em meios, nem uma estratégia municipal que complemente a ação das forças de segurança no terreno. Para nós, a segurança não pode continuar a ser tratada como um tema secundário.

*Em segundo lugar, não podemos acompanhar a opção política de **manter a taxa de participação variável do IRS no valor máximo de 5%**. Num contexto de aumento do custo de vida, de dificuldades sentidas pelas famílias e pela classe média, esta decisão penaliza diretamente os municípios de Esposende.*

Defendemos uma redução dessa mesma taxa, devolvendo rendimento às famílias e promovendo maior justiça fiscal. O município tem margem para fazer diferente, mas opta por não o fazer.

Um orçamento municipal deve servir para melhorar a vida dos cidadãos, reforçar a segurança, aliviar a carga fiscal e preparar o futuro do concelho. Consideramos que este documento, infelizmente, não cumpre esses objetivos.

Por essas razões, e em coerência com os compromissos assumidos com os eleitores de Esposende, o nosso sentido de voto é contra.

Muito obrigado.”-----

03.13 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de dezembro de 2025, foi presente na sessão Proposta para a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2025 a liquidar no ano de 2026, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ E DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 1 VOTO CONTRA DO DEPUTADO DO CHEGA, E 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA DO PS, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA PARA VIGORAR NO ANO DE 2025, COM EFEITOS NA LIQUIDAÇÃO QUE SERÁ FEITA EM 2026:

dada a alta carga de endividamento. Nos documentos previsionais não existe referência a qualquer plano de contingência nem existe nenhum plano de mitigação deste endividamento. Em suma, com este orçamento o saldo global efetivo negativo praticamente duplica, passando de 3.3 milhões negativos em 2025 para mais de 6.5 milhões negativos em 2026, na melhor das hipóteses. Tudo isto significa que o município fica com menos margem financeira para o futuro, menos capacidade de absorver choques, imprevistos ou quebras de receita, aliados a alta dependência de receitas de capital. Este não é, portanto, um orçamento sustentável nem justo já que impõe um risco elevado a todas as gerações de esposendenses. Pelo exposto, por muito boa vontade que tivéssemos, não podemos deixar de ser responsáveis e alertar para o risco que este orçamento comporta para o município. Não nos resta outra alternativa que não seja votar contra.”-----

Pelo Grupo Político do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“O voto favorável a este Orçamento Municipal deve ser enquadrado num ponto de partida particularmente exigente e condicionado do atual Executivo.

À data da sua elaboração e aprovação, o Executivo encontrava-se em funções há menos de dois meses, sem que tivesse existido qualquer processo de transição de pastas por parte do anterior Executivo do PSD, que, irresponsavelmente, optou por condicionar e limitar o conhecimento detalhado e atempado da real situação financeira e operacional do Município.

Ainda assim, foi possível identificar um conjunto de constrangimentos significativos herdados, desde logo uma realidade de prazos médios de pagamento superiores a 120 dias e dívidas a fornecedores que ultrapassam os quatro milhões de euros. Acresce um défice superior a 1,5 milhões de euros no âmbito da transferência de competências na área da Educação.

Igualmente preocupante é a situação do setor dos resíduos urbanos, cuja estrutura tarifária atualmente em vigor cobre menos de metade dos custos efetivos do serviço, obrigando o Município a suportar, anualmente, mais de 2,5 milhões de euros para garantir o seu funcionamento, com impacto direto na sustentabilidade financeira municipal.

Apesar deste contexto adverso, este Orçamento reflete já o esforço do novo Executivo em iniciar a concretização dos compromissos políticos assumidos pelo movimento político que o suporta, de forma responsável e realista. Destaca-se, desde logo, o reforço do investimento nas freguesias, que irão beneficiar de mais de 1,5 milhões de euros, reconhecendo o papel fundamental da proximidade e da coesão territorial.

É igualmente de sublinhar a criação do Orçamento Participativo Jovem, com uma dotação de 10.000 euros, sinal claro de aposta do novo Executivo na participação cívica e no envolvimento dos mais jovens na definição das políticas públicas locais.

Por fim, merece destaque a implementação do Cheque Educação, no valor de 100 euros, abrangendo os alunos do primeiro ciclo ao ensino secundário, como medida de apoio direto às famílias e de incentivo ao comércio local.

Assim, não ignorando as limitações estruturais e financeiras herdadas, mas reconhecendo o esforço de rigor, responsabilidade e compromisso político evidenciado, este Orçamento representa um primeiro passo possível e necessário para a recuperação financeira do Município e para a implementação gradual de uma nova visão para Esposende, razão pela qual se justifica o voto favorável.”-----

Pelo deputado do CHEGA foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

D) REDUÇÃO A METADE DAS TAXAS DEVIDAS PELA AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO A QUE SE REFERE A ALÍNEA B) DO N.º 1.

- OS BENEFÍCIOS REFERIDOS NAS ALÍNEAS A), B) E C) DO NÚMERO ANTERIOR NÃO PREJUDICAM A LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DOS RESPECTIVOS IMPOSTOS, NOS TERMOS GERAIS.

- O RECONHECIMENTO DA INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO PARA EFEITO DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NAQUELE ARTIGO DEVE SER REQUERIDO CONJUNTAMENTE COM A COMUNICAÇÃO PRÉVIA OU COM O PEDIDO DE LICENÇA DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA, CABENDO À CÂMARA MUNICIPAL COMUNICAR ESSE RECONHECIMENTO AO SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DA SITUAÇÃO DO EDIFÍCIO OU FRAÇÃO, NO PRAZO MÁXIMO DE 20 DIAS A CONTAR DA DATA DA DETERMINAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO RESULTANTE DAS OBRAS OU DA EMISSÃO DA RESPECTIVA CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA, SE ESTA FOR POSTERIOR.

- SENDO CERTO QUE, O REGIME PREVISTO NAQUELE ARTIGO NÃO É CUMULATIVO COM OUTROS BENEFÍCIOS FISCAIS DE IDÊNTICA NATUREZA, NÃO PREJUDICANDO, PORÉM, A OPÇÃO POR OUTRO MAIS FAVORÁVEL.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“À semelhança da posição que temos vindo a defender ao longo dos anos sobre a fixação da taxa de IMI, votamos favoravelmente a proposta da Câmara Municipal, na medida em que esta proposta repete aquela que é a posição do PSD quanto a esta matéria.

Congratulamo-nos por isso.

Entendemos que a proposta apresentada continua a ser a que melhor defende os interesses dos particulares, na medida que permite todo um conjunto de poupanças, benefícios e isenções às pessoas, manter o IMI na sua taxa mínima de 0.30%, associado às isenções concedidas na reabilitação de prédios urbanos, não só permitirá uma poupança efetiva em recursos financeiros para as famílias, como também permitirá que, com essas poupanças, as famílias possam fazer face às muitas das suas necessidades básicas.

Associado a isto, a manutenção do IMI familiar, que mantém a proposta do anterior executivo, os valores de 30, 70 e 140€ mediante o número de dependentes a cargo, representa mais uma medida de apoio às famílias.

Em suma, manter o IMI no mínimo, dando benefícios fiscais por via da requalificação urbana e ajudar as famílias por via do IMI familiar, que se mantém inalterado, é para nós fundamental para garantir justiça social e equilíbrio no contributo que é dado pela população do concelho por via dos impostos que entregam ao município.

Por isso, esta é uma proposta que mantém a nossa política fiscal em matéria de IMI, pelo que merce o nosso voto favorável.”-----

Pelo deputado do CHEGA foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Reconhecemos que esta proposta se trata da taxa mínima legalmente permitida, o que limita a margem de decisão do município nesta matéria. No entanto, a nossa posição não se esgota no valor percentual da taxa, mas numa discordância de princípio relativamente a este imposto. O IMI é, na nossa perspetiva, um imposto injusto, que penaliza as famílias e os pequenos proprietários, incidindo sobre um bem essencial como a habitação, muitas vezes adquirida com rendimentos já fortemente tributados.

- A FIXAÇÃO DE UMA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) DE 0,30% PARA OS PRÉDIOS URBANOS, CONFORME ALÍNEA C) DO Nº 1 E NOS TERMOS DO Nº 5 DO ART.º 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (CIMI), COM TODAS AS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS INTRODUZIDAS;

- SEJA FIXADA UMA REDUÇÃO DA TAXA DE IMI DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, COINCIDENTE COM O DOMICÍLIO FISCAL DO PROPRIETÁRIO, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE, NOS TERMOS DO CÓDIGO DO IRS, COMPÕEM O AGREGADO FAMILIAR DO PROPRIETÁRIO EM:

- A) € 30 PARA 1 DEPENDENTE A CARGO;
- B) € 70 PARA 2 DEPENDENTES A CARGO;
- C) € 140 PARA 3 DEPENDENTES A CARGO.

MAIS DELIBEROU QUE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO Nº 19 DO ARTIGO 71º – INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA - DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF) E DANDO CUMPRIMENTO AO ART.º 45 DO MESMO DIPLOMA:

- OS PRÉDIOS URBANOS OU FRAÇÕES AUTÓNOMAS CONCLUÍDAS HÁ MAIS DE 30 ANOS OU LOCALIZADOS EM ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA BENEFICIAM DOS INCENTIVOS PREVISTOS NAQUELE ARTIGO, DESDE QUE PREENCHAM CUMULATIVAMENTE AS SEGUINTE CONDICÕES:

A) SEJAM OBJETO DE INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS PROMOVIDAS NOS TERMOS DO REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, OU DO REGIME EXCEPCIONAL DO DECRETO-LEI N.º 95/2019, DE 18 DE JULHO.

B) EM CONSEQUÊNCIA DA INTERVENÇÃO PREVISTA NA ALÍNEA ANTERIOR, O RESPECTIVO ESTADO DE CONSERVAÇÃO ESTEJA DOIS NÍVEIS ACIMA DO ANTERIORMENTE ATRIBUÍDO E TENHA, NO MÍNIMO, UM NÍVEL BOM NOS TERMOS DO DISPOSTO NO DECRETO-LEI N.º 266-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO, E SEJAM CUMPRIDOS OS REQUISITOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E DE QUALIDADE TÉRMICA APLICÁVEIS AOS EDIFÍCIOS A QUE SE REFERE O ARTIGO 4º DO DECRETO-LEI N.º 101-D/2020, DE 7 DE DEZEMBRO.

- AOS IMÓVEIS QUE PREENCHAM OS REQUISITOS A QUE SE REFERE O NÚMERO ANTERIOR SÃO APLICÁVEIS OS SEGUINTE BENEFÍCIOS FISCAIS:

A) ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS POR UM PERÍODO DE TRÊS ANOS A CONTAR DO ANO, INCLUSIVE, DA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE REABILITAÇÃO, PODENDO SER RENOVADO, A REQUERIMENTO DO PROPRIETÁRIO, POR MAIS CINCO ANOS NO CASO DE IMÓVEIS AFETOS A ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO PERMANENTE OU A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE;

B) ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS NAS AQUISIÇÕES DE IMÓVEIS DESTINADOS A INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO, DESDE QUE O ADQUIRENTE INICIE AS RESPECTIVAS OBRAS NO PRAZO MÁXIMO DE TRÊS ANOS A CONTAR DA DATA DE AQUISIÇÃO;

C) ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS NA PRIMEIRA TRANSMISSÃO, SUBSEQUENTE À INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO, A AFETAR A ARRENDAMENTO PARA HABITAÇÃO PERMANENTE OU, QUANDO LOCALIZADO EM ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA, TAMBÉM A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE;

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 11 de dezembro de 2025, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha o valor fixado para os anos anteriores, ou seja, uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Esposende, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior e que, tal deliberação, seja comunicada à Autoridade Tributária até ao próximo dia 31 de dezembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E 2 VOTOS CONTRA DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2026 UMA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 1 E 2 DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO.-----
MAIS DELIBEROU QUE, A PRESENTE DELIBERAÇÃO SEJA COMUNICADA À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA ATÉ AO PRÓXIMO DIA 31 DE DEZEMBRO.-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Relativamente a esta questão, a nossa posição é a mesma que temos vindo a tomar nos anos anteriores em matéria de participação variável no IRS. E contrariamente ao partido político – o CDS, que hoje integra o movimento independente que lidera o município, nós não mudamos de opinião só porque mudaram as circunstâncias políticas na liderança da Câmara Municipal.

E por isso, defendemos que o valor da participação variável no IRS se deva manter nos 5%, por considerarmos que o IRS é o imposto mais justo na sua distribuição, uma vez que apenas tem impacto junto daqueles que mais ganham, deixando de fora as famílias de menor rendimento que estão isentas desse mesmo imposto.

Nessa medida, reduzir a taxa de participação variável no IRS é o mesmo que retirar recursos ao município que podem ser aplicados de forma justa e equitativa sob a forma de apoios diretos, investimento no desenvolvimento do concelho e na melhoria dos serviços prestados aos munícipes.

Por esse motivo, e a pelo facto de no município de Esposende não se aplicar taxa de derrama às empresas e não se aumentar o IMI há largos anos, permitindo por essa via, poupanças aos munícipes, entendemos que se trata de uma receita essencial para reinvestir diretamente em prol da população, ajudando assim, os mais desfavorecidos e os que menos rendimentos têm à sua disposição.

Não somos populistas. Somos responsáveis e por isso defendemos que cabe ao Estado, que fica com 95% do valor arrecadado em sede de IRS, devolver rendimentos aos portugueses e não às autarquias que apenas têm 5% desses montantes para reinvestir diretamente nas pessoas.

Por tudo isto, votamos favoravelmente a proposta do município.”-----

A abstenção reflete, por isso, uma posição de coerência: não votamos contra uma proposta que aplica o mínimo legal possível, mas também não podemos votar favoravelmente um imposto com o qual não concordamos do ponto de vista político e social.

Reafirmamos que defendemos uma política fiscal mais justa, que alivie a carga sobre os municípios, através de uma gestão municipal mais eficiente, com controlo da despesa e prioridade às necessidades reais da população.

Obrigado!"-----

03.14 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2026, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 11 de dezembro de 2025, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha para 2026 o valor fixado nos anos anteriores, para a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem ou seja, 0,25% e que, de tal deliberação, seja dado conhecimento à ANACOM e às empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 34 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DA DEPUTADA DO PS E 1 VOTO CONTRA DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR EM 0,25% SOBRE O TOTAL DE FATURAÇÃO MENSAL EMITIDA PELAS EMPRESAS QUE OFERECEM REDES E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS ACESSÍVEIS AO PÚBLICO, A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2026.-----

MAIS DELIBEROU, QUE DA PRESENTE DELIBERAÇÃO, SEJA DADO CONHECIMENTO À ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES, E ÀS EMPRESAS QUE OFERECEM REDES E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS ACESSÍVEIS AO PÚBLICO, EM LOCAL FIXO.-----

03.15 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2026, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

Pelo deputado Francisco Melo do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto pessoal, que se transcreve:

“No mandato 2021–2025, votei sistematicamente contra a proposta relativa à taxa de participação no IRS, por, em harmonia com a posição do partido que representava, CDS, nesta matéria, entender, com base na realidade financeira que nos era apresentada e assumida pelo anterior executivo do PSD, que existia margem para reduzir progressivamente o IRS às famílias esposendenses, compensando essa opção, por exemplo, através de um IMI mais diferenciado, distinguindo entre habitação própria e permanente (com uma taxa mais reduzida) e habitação secundária (com uma taxa maior).

No início do presente mandato, e integrando o grupo político da “Mudança por Todos” que suporta o executivo, entendo que a responsabilidade política impõe prudência.

O atual executivo encontra-se em funções há menos de dois meses, não beneficiou de nenhuma transição de pasta por parte do PSD, ao arripio do que é prática corrente e democrática normal pelo resto do país, e está ainda a proceder à análise aprofundada da situação financeira municipal, que, numa avaliação preliminar, não parece corresponder à narrativa do PSD nesta matéria no mandato anterior.

Assim, o voto favorável à taxa de participação de 5% no IRS não traduz qualquer alteração de princípios, mas uma decisão responsável, que visa salvaguardar a estabilidade financeira do Município nesta fase inicial. Uma vez conhecida a situação financeira real e caso exista margem para tal, continuarei a defender a redução da taxa de IRS e a implementação de um IMI diferenciado entre habitação própria e permanente e habitação secundária.”-----

Pela deputada Tânia Mota do Movimento Mudança por Todos, foi apresentada a declaração de voto pessoal, que se transcreve:

“Ao longo dos anos sempre entendi e, nesse sentido, votei contra a proposta relativa à taxa de participação no IRS, por, em harmonia com a posição do CDS, nesta matéria, defender que, com base na realidade financeira que nos era apresentada e assumida pelo anterior executivo do PSD, existia margem para reduzir progressivamente o IRS às famílias esposendenses, compensando essa opção, por exemplo, através de um IMI mais diferenciado, distinguindo entre habitação própria e permanente (com uma taxa mais reduzida) e habitação secundária (com uma taxa maior).

No início do presente mandato, e integrando o grupo político da “Mudança por Todos” que suporta o executivo, entendo que a responsabilidade política impõe prudência.

O atual executivo encontra-se em funções há menos de dois meses, não beneficiou de nenhuma transição de pasta por parte do PSD, ao arripio do que é prática corrente e democrática normal pelo resto do país, e está ainda a proceder à análise aprofundada da situação financeira municipal, que, numa avaliação preliminar, não parece corresponder à narrativa do PSD nesta matéria no mandato anterior.

Assim, o voto favorável à taxa de participação de 5% no IRS não traduz qualquer alteração de princípios, mas uma decisão responsável, que visa salvaguardar a estabilidade financeira do Município nesta fase inicial. Uma vez conhecida a situação financeira real e caso exista margem para tal, continuarei a defender a redução da taxa de IRS e a implementação de um IMI diferenciado entre habitação própria e permanente e habitação secundária.”-----

Pelo deputado do CHEGA foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Num contexto de aumento do custo de vida, de perda de poder de compra e de dificuldades sentidas por muitas famílias, entendemos que o município deveria optar por uma redução desta taxa, devolvendo parte do esforço fiscal a quem vive, trabalha e paga impostos no concelho.

A lei permite que os municípios definam esta taxa entre 0% e 5%, dando-lhes a possibilidade de devolver parte do rendimento às famílias e aliviar a carga fiscal dos munícipes. A opção por manter a taxa máxima representa, por isso, uma escolha política clara — e é com essa escolha que não concordamos.

A manutenção da taxa máxima significa que o município abdica de estar ao lado das famílias e prefere continuar a recorrer ao rendimento dos contribuintes em vez de procurar maior rigor, eficiência e contenção na despesa pública municipal.

O nosso voto contra reflete uma posição clara e coerente: defendemos menos impostos sobre o trabalho, mais justiça fiscal e uma gestão municipal que respeite o esforço de quem todos os meses vê o seu salário cada vez mais reduzido.

Por esses motivos, o nosso voto é contra a proposta da Câmara Municipal de Esposende relativa à fixação da participação variável no IRS no valor máximo legal de 5%.

Obrigado!”-----

Pela deputada do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Se é certo que Esposende não é o único concelho no distrito que cobra a taxa máxima de IRS, ainda assim faz parte da minoria que o faz. Não há razão que justifique considerando a atual situação de crise na habitação. Manter os valores máximos do IRS para os residentes do concelho é contrário à fixação de habitantes, à dinamização social e ao apoio especial de quem (em vez de ter aqui a sua segunda habitação e nos visitar apenas nas férias) escolhe Esposende para residir. Esta opção de cobrar a taxa máxima de IRS que a lei prevê era uma medida habitual nos orçamentos do PSD. Muito se estranha que a mesma continue a ser aplicada depois de tantos e tantas terem votado por mudanças.”-----

Pediram para usar da palavra em Defesa da Honra os Senhores Deputados Francisco Melo e António José Morgado.-----

03.16 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE PROJETOS EDUCATIVOS E CULTURAIS PARA O ANO DE 2026, COM A ZENDENSINO – COOPERATIVA, I.P.R.L., BEM COMO AUTORIZAÇÃO DA OUTORGA DO MESMO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.---

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de dezembro de 2025, foi presente na sessão para deliberação, proposta para a celebração de Contrato-Programa para a prestação de serviços de execução de projetos educativos e culturais para o ano de 2026, entre o Município de Esposende e a Zendensino – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, bem como autorização da outorga do mesmo pelo Presidente da Câmara. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vereadora Paula Cepa que fez uma breve explicação da proposta, tendo a Senhora Deputada Rita Faria, do PS, colocado algumas questões, às quais a Senhora Vereadora respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 1 VOTO CONTRA DA DEPUTADA DO PS E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE PROJETOS EDUCATIVOS E CULTURAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2026(CF. ANEXO À PROPOSTA), ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ZENDENSINO – COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, BEM COMO, AUTORIZAR A OUTORGA DO MESMO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

03.17 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS SOCIAIS E DESPORTIVOS PARA O ANO DE 2026, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de dezembro de 2025, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato-Programa entre o Município de Esposende e a Esposende 2000, EM para o desenvolvimento dos projetos sociais e desportivos para o ano de 2026. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E 2 ABSTENÇÕES DA DEPUTADA DO PS E DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

03.18 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2026, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de dezembro de 2025, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende para o ano de 2026. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo a Senhora Deputada Rita Faria, do PS, colocado algumas questões, às quais a Senhora Diretora do Departamento de Administração Geral, da EAmb – Esposende Ambiente, EM, Elisabete Capitão ali presente, depois de devidamente autorizada pela Mesa e a pedido do Senhor Presidente da Câmara, prestou os esclarecimentos devidos.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 1 VOTO CONTRA DA DEPUTADA DO PS E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

03.19 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2026, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de dezembro de 2025, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços

de execução de tarefas de gestão de espaços verdes públicos, da gestão da vertente ambiental e de gestão do sistema águas pluviais na área no Município de Esposende para o ano de 2026. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 1 VOTO CONTRA DA DEPUTADA DO PS E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

03.20 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS POR PARTE DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M..-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de dezembro de 2025, foi presente na sessão, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, proposta para autorização, para assunção de compromissos plurianuais por parte da EAmb – Esposende Ambiente, EM, conforme decorre do PPI 2025_2027, de onde resultam para a empresa municipal responsabilidades financeiras que ultrapassam o orçamento anual. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo o Senhor Deputado António Morgado, do Grupo Político do PPD-PSD colocado uma questão, à qual o Senhor Presidente da Câmara respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, 1 VOTO CONTRA DA DEPUTADA DO PS E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS POR PARTE DA EAMB – ESPOSENDE AMBIENTE, EM, CONFORME DECORRE DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2025_2027, DE ONDE RESULTAM PARA A EMPRESA MUNICIPAL

RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS QUE ULTRAPASSAM O ORÇAMENTO ANUAL.-----

Pela deputada do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Da análise dos quadros com descritivo dos programas, projetos e ações conclui-se que a maior parte das atividades referentes a saneamento tiveram início antes de 2026 e para o próximo ano prevê-se um valor de 750mil euros para projetos (numa verba designada como “saneamento básico”, sem mais, no quadro da pág. 3 do documento) que começam e terminam no mesmo ano e que por isso não podem ser de relevo, mas nada mais se sabe pois não existe especificação suficiente. Mais uma vez, conclui-se que as atividades previstas pelo novo executivo não se distanciam suficiente do que já estava planeado anteriormente e – neste caso concreto – no que foi uma das bandeiras centrais da campanha política do movimento independente que sustenta a maioria do executivo e da assembleia, a montanha pariu um rato e nada de relevante é oferecido aos esposendenses.”-----

03.21 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO REGULAMENTO DO PROGRAMA “CHALLENGES YOU”, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 11 de dezembro de 2025, foi presente na sessão para aprovação, o Regulamento do Programa “Challenges You”, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR O REGULAMENTO DO PROGRAMA “CHALLENGES YOU”, NOS TERMOS PROPOSTOS.-----

03.22 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRORROGAÇÃO DA ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DO DISPOSTO NO Nº 6 DO ARTIGO 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF).-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 27 de novembro de 2025, foi presente na sessão, proposta da Câmara Municipal para concessão de prorrogação por mais cinco anos, da isenção do IMI, nos termos do disposto no nº 6 do artigo 45º do EBF, ao prédio inscrito na Matriz Predial Urbana da União de Freguesias de Apúlia e Fão, sob o artigo 4403 e descrito na Conservatória do Registo Predial de

Esposende sob o nº 2579 de Fão. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 34 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO MOVIMENTO MUDANÇA POR TODOS, DO PRESIDENTE DE JUNTA DA FREGUESIA DE VILA CHÃ, DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DA DEPUTADA DO PS E 1 ABSTENÇÃO DO DEPUTADO DO CHEGA, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE PRORROGAÇÃO DA ISENÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), NOS TERMOS DO DISPOSTO NO Nº 6 DO ARTIGO 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF), AO PRÉDIO INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, SOB O ARTIGO 4403 E DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL DE ESPOSENDE SOB O Nº 2579 DE FÃO.-----
MAIS DELIBEROU, NOTIFICAR O SERVIÇO DAS FINANÇAS DAS RESPETIVAS DELIBERAÇÕES, PARA CONHECIMENTO.-----

03.23 - PARA CONHECIMENTO:

03.23.01 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - 1º SEMESTRE 2025, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, REPUBLICADA PELA LEI 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.-----

03.23.02 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE COM REFERÊNCIA A 30 DE OUTUBRO DE 2025, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, REPUBLICADA PELA LEI 51/2018, DE 16 DE AGOSTO.-----

03.23.03 – ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES EXERCIDAS A TÍTULO GRATUITO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA LEI Nº 29/87, DE 30 DE JUNHO, COM AS DEVIDAS ALTERAÇÕES E DA LEI Nº 52/2019, DE 31 DE JULHO.-----

03.23.04 – PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----

03.23.05 - APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

03.23.06 – RETIFICAÇÃO À PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E DAS CONSELHEIRAS LOCAIS PARA A IGUALDADE.-----

03.23.07 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

- . ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M:**
- INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O EXERCÍCIO DE 2026.-----**
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3º TRIMESTRE 2025.-----**

- . EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:**
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º SEMESTRE 2025.-----**
- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3º TRIMESTRE 2025.-----**
- INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2026.-----**

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento: Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira Semestral, do Município de Esposende – 1º semestre de 2025, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, republicada pela lei 51/2018, de 16 de agosto; Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Esposende com referência a 30 de outubro de 2025, nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, republicada pela lei 51/2018, de 16 de agosto; Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, de acumulação de funções exercidas a título gratuito; Pedidos de isenção de taxas, ao abrigo das Medidas Preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015; Apoios concedidos às Juntas de Freguesia relativos ao novo mandato autárquico em 2025, nos termos do artigo 13º do Regulamento das Formas de Apoio às Juntas de Freguesia; Retificação à proposta de Aprovação da Equipa para a Igualdade na Vida Local do Município de Esposende e das Conselheiras Locais para a Igualdade; Instrumentos de Gestão Previsional para o exercício de 2026 e Relatório de Execução Orçamental – 3º Trimestre de 2025, da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, bem como, Relatório de Execução Orçamental – 1º semestre 2025, Relatório de Execução Orçamental – 3º trimestre 2025 e Instrumentos de Gestão Previsional para o ano de 2026 da empresa municipal Esposende Ambiente, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

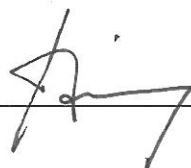
A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em


minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 00 horas e 15 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

